

A CLASSE OPERÁRIA



FHC fora do governo

O movimento oposicionista está adotando uma postura mais nítida contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. Os setores populares, em especial, devem desenvolver uma oposição ainda mais veemente e decidida. O quadro de correlação de forças entre os componentes situacionistas e os da oposição ainda não se alterou. Entretanto, o desenvolvimento da ação oposicionista pode levar ao rompimento com a situação ainda favorável às forças governistas.

Os últimos acontecimentos levam o PCdoB a atualizar suas palavras de ordem. A indicação de "Basta de FHC" tinha papel conscientizador, transitório. Hoje vai ganhando convicção entre círculos cada vez maiores do povo que é preciso Fernando Henrique estar fora do governo. Impõe-se



a luta pelo fim mais rápido deste governo. Assim, é necessário mobilizar e conscientizar o povo para a denúncia contra o presidente da República por crime de responsabilidade, abrindo caminho para a vacância da Presidência e convocação de novas eleições através de medida constitucional.

Uma campanha deste porte, nas condições atuais, não tem curta duração. Ela visa conscientizar, organizar, acumular forças para o êxito de uma verdadeira alternativa oposicionista.

Leia a nota da Comissão Política (ao lado) e o artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, na

Página 3



Ação ousada dos comunistas baianos em Salvador

Protesto nas arquibancadas

Com muita criatividade, os comunistas baianos aproveitaram o jogo da seleção brasileira contra a Holanda, no Estádio da Fonte Nova, em Salvador, no dia 5 de junho, para expressar sua indignação com o governo FHC e com a agressão americana aos Bálcãs.

Antes do jogo, na entrada do estádio, manifestantes queimaram a bandeira dos Estados Unidos e, num clima de festa, distribuíram fitas do "Fora FHC" para o público amarrar na cabeça.

Dentro do estádio, durante a execução do Hino Nacional, mais de 100 militantes do PCdoB e da União da Juventude Socialistas (UJS), com o apoio da torcida, ergueram uma bandeira

de 14X26 metros com a frase "Fora FHC" e assinatura do Partido. A torcida brasileira aplaudiu com entusiasmo o protesto que se repetiu no intervalo do primeiro tempo do jogo.

A Polícia Militar da Bahia, alegando que o governador César Borges (PFL), que estava na tribuna de honra, não queria que a faixa permanecesse, invadiu as arquibancadas e rasgou a bandeira, agredindo os manifestantes. A torcida vaiou por mais de 15 minutos a atitude da polícia e, lideradas pelos comunistas, as arquibancadas entoaram o grito "Te cuida FHC, quem derrubou o Collor pode derrubar você".

Nota da Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

Diante do quadro internacional e nacional em agravamento, a Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil adota a seguinte resolução:

1 A Comissão Política conclama todo o Partido, o movimento de massas e os partidos democráticos e progressistas a manifestar seu vigoroso protesto em face das monstruosidades perpetradas pelo imperialismo norte-americano e as forças aliadas da OTAN na Iugoslávia. Há mais de dois meses está em curso na Europa uma operação militar de caráter agressivo que, longe de pugnar pela solução do conflito inter-étnico entre as populações sérvia e albanesa do território de Kosovo, constitui na verdade uma perigosa escalada militar encabeçada pelo imperialismo norte-americano tendo em vista fins hegemônicos, ameaçando a paz mundial, a soberania das nações e a segurança dos povos. O Partido Comunista do Brasil clama pelo fim dos bombardeios e por uma justa solução política para o conflito, que assegure a soberania nacional e a integridade territorial da Iugoslávia, os direitos nacionais da população albanesa de Kosovo e o repatriamento dos refugiados em condições de segurança.

2 Quanto à situação nacional, a Comissão Política denuncia o caráter antinacional da política econômica em vigor e adverte que o Brasil continua engolfado em inarredáveis dificuldades econômicas e financeiras. Depois do colapso de fevereiro último, o governo procura fazer crer que o país atravessa agora um período de recuperação, e que estaria percorrendo o caminho da estabilização e do crescimento econômico. Porém, o estancamento da sangria nas reservas, a temporária interrupção da desvalorização da moeda e a contenção da inflação só foram possíveis devido ao aporte maciço de recursos do FMI, à acentuada recessão econômica, ao choque dos juros e à colocação de novos títulos no mercado internacional de capitais, em condições ainda mais vantajosas para os investidores externos. Na realidade, cessada momentaneamente a turbulência, os fatores de risco de um novo colapso permanecem: déficit na balança comercial, rombo gigantesco no balanço de pagamentos, endividamento interno e externo astronômicos. Acresce a isso as ameaças advindas da deterioração da economia argentina e dos

desequilíbrios estruturais da economia norte-americana.

3 Merece a atenção dos comunistas o agravamento da crise social que no último período assumiu feição alarmante. O desemprego atinge patamares insuportáveis, superando os 20% da população economicamente ativa nas principais regiões metropolitanas. A criminalidade tornou-se um flagelo. A saúde, a educação e os serviços públicos mais elementares chegaram a um deprimente nível de deterioração. O governo de Fernando Henrique vai mostrando sua face cruel e insensível diante dos graves problemas sociais. Favorece os banqueiros, os investidores estrangeiros, os especuladores e os sonegadores de impostos. As altas autoridades do país tiram vantagens pessoais dos cargos que ocupam. Enquanto isso, tornam-se cada vez mais degradantes as condições de vida do povo brasileiro.

4 Na cena política, acumulam-se os fatores para a eclosão de uma crise política e institucional. Os escândalos sucedidos nas últimas semanas, com a revelação do envolvimento do presidente da República em ato de improbidade administrativa, a intensificação das disputas por espaço entre os agrupamentos da base de sustentação do governo, a antecipação da luta sucessória e a perda acentuada de credibilidade junto à opinião pública são fatos reveladores de que a apenas seis meses do início do segundo mandato, o governo de FHC encontra-se superado e virtualmente inviabilizado. A admissão implícita disso está em que nas próprias hostes governistas discutem-se possíveis saídas. Para todos os efeitos, vai ficando claro que FHC não reúne mais condições de governar. Sua permanência no poder equivale a mergulhar o país no compasso de espera, na paralisia, na agonia lenta. Muito embora não tenha havido significativa alteração da correlação de forças e a população ainda não tenha despertado para a luta aberta pela mudança do governo, a Comissão Política do PCdoB considera que é necessário, como medida de salvação nacional, encontrar saídas políticas e constitucionais na eventualidade, cada vez mais provável, da eclosão de uma crise política e institucional. O enquadramento do presidente por crime de responsabilidade, com a decorrente vacância do cargo, enseja nas condições atuais, a luta pela realização de nova eleição presidencial, convocada através de me-

canismo constitucional.

5 A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB considera que entra objetivamente no ordem do dia a luta para pôr fim ao governo lesa-pátria e antipopular de FHC, o que exige a construção, em conjunto com os partidos aliados, no âmbito da Frente de Oposição Democrática e Popular, de um amplo movimento em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Somente a união de forças de todos os que se opõem ao governo de FHC e lutam por um Brasil soberano, democrático e progressista e a intensa mobilização popular em grandes manifestações de rua serão capazes de derrotar FHC. Por isso, a Comissão Política decide empenhar ao máximo o contingente partidário na coleta de assinaturas pelo enquadramento do presidente da República por crime de responsabilidade. Na Frente de Oposição Democrática e Popular, no Fórum Nacional de Lutas, nos movimentos sindical, estudantil e comunitário, os comunistas estarão nas primeiras fileiras da luta pelo fim do governo de FHC, pela convocação de nova eleição presidencial e pela formação de um governo de união nacional das forças democráticas, patrióticas e populares.

6 Finalmente, a Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil chama a atenção para o golpe antidemocrático urdido no Palácio do Planalto e nos bastidores do Congresso Nacional que consiste na tentativa de impor uma "reforma política" de viés autoritário, cujo escopo é limitar a participação de importantes correntes de esquerda, entre elas o Partido Comunista, na vida institucional, e exercer estrito controle sobre o sistema político. A pretensão de impedir o livre funcionamento de agremiações partidárias, exumando o entulho autoritário da ditadura militar, constitui grosseiro ataque às liberdades democráticas e viola a Constituição da República. Por isso, merece a viva repulsa dos verdadeiros democratas.

FHC fora do governo!

Por novas eleições presidenciais!

Por um governo de união nacional das forças democráticas, patrióticas e populares!

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
São Paulo, 10 de junho de 1999
A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB

PCdoB

O Rio Grande em guerra política

EDSON SILVA

“O dono do Brasil e do Rio Grande do Sul é o povo. Não são os grandes grupos econômicos. Não são as oligarquias! O povo quer participação e cidadania com resgate da sua identidade”. As palavras são do governador Olívio Dutra (PT/RS), depois de conclamar os presentes a se oporem ao “neoliberalismo globalizante”, em solenidade, no município gaúcho de Santo Ângelo, de homenagem póstuma ao cantor popular Cenair Maicá.

Por ser portador de uma tal compreensão, é possível entender o fato de há 12 meses o Rio Grande do Sul estar vivenciando sua mais intensa disputa política dos últimos 30/40 anos. Foi assim na campanha eleitoral, desdobrada em dois turnos, e prosseguiu, sob vários matizes, nos 5 meses de governo da Frente Popular Trabalhista (PT-PDT-PSB-PCdoB). Mas a visão de mundo de Olívio Dutra, em que pese sua dimensão histórico-classista, apenas emoldura o contexto. O ambiente criado pelo confronto sugere que o governo está embaixo de mau tempo, permanentemente. Não passa dia, sem um fato polêmico, sem um comentário na programação das TVs, sem um artigo crítico no encarte da *Gazeta Mercantil*, ou do *Jornal do Comércio* ou do *Zero Hora*. Está em jogo o desafio de governar o Rio Grande do Sul por outra ótica que não a neoliberal vigente no Brasil, de **ilimitada e incondicional subordinação** dos interesses do Estado aos objetivos estratégicos do capital monopolista internacional e de perversa exclusão social.

E governar assim significa, como a experiência gaúcha da Frente está demonstrando objetivamente, contrariar interesses até aqui bem aquinhoados com gordas verbas públicas, com a apropriação direta e indireta do patrimônio público e toda sorte de facilidades garantidas pelo Estado, tanto maiores quanto mais poderoso fosse o grupo econômico. É gigantesco o desafio!

A oposição, majoritária na Assembleia Legislativa (35 versus 20 da base do governo) compreendeu bem sua tarefa, pelo que decidiu combater a administração desde os primeiros momentos, sem qualquer trégua. E não só ela: a ação é integrada, já que articulada entre parlamento, a imprensa (e a maioria de seus escribas) e a representação empresarial da grande indústria. São críticas contundentes à oportuna contestação que o governo faz ao acordo de renegociação da dívida do Estado, concluído na gestão anterior do peemedebista Antonio Brito, pelo qual de 12% a 17% da receita líquida do Estado estarão comprometida anualmente com a União – uma flagrante intervenção do governo de Fernando Henrique nas finanças das unidades federadas, que, por sua vez, são contingenciadas a demitir servidores públi-

cos e a vender empresas públicas para escapar do garrote. São críticas igualmente contundentes ao Orçamento Participativo – instituição que estimula a participação universal dos gaúchos na discussão da destinação anual dos investimentos do Estado. Incomoda o governo incentivar a mobilização social e a prática de relações com os trabalhadores diferentes das determinadas pela lógica da usurpação do dinheiro público.

Dentre tantas e tantas arremetidas furiosas da oposição conservadora, no parlamento e fora dele, a mais emblemática da luta classista é dada pela contestação à negativa do governo em manter os termos do acordo celebrado pelos governantes anteriores com a montadora norte-americana Ford. Trata-se, dentre outras vantagens, como a prometida renúncia tributária, de um empréstimo favorecido de R\$ 210 milhões, que seria pago, sem correção monetária, num prazo de 15 anos, com 5 de carência, mediante juros limitados a 6% a.a. A desistência da Ford, frente à atitude do governo em não adiantar a segunda parcela do empréstimo (R\$ 68 milhões) e não concordar com a revisão do acordo pareceu que o mundo havia desabado sobre o Rio Grande do Sul, tal os arreganhos das forças neoliberais: os investimentos privados iriam pelos ares e com eles os empregos e a arrecadação tributária do Estado...

A batalha está em curso. Não convém subestimá-la. A estratégia da oposição é a de tentar pautar o governo, mantê-lo sob constante tensão e desgastá-lo lenta mas continuamente aos olhos do povo. Dois movimentos parecem ser essenciais nessas circunstâncias: o da amplitude na relação com as forças sociais riograndenses, várias delas inclusive se desprenderam do “pacto” governante anterior e foram importantes na vitória da Frente Popular Trabalhista; e o da sinalização para a sociedade de um “projeto de desenvolvimento”, entendido como uma alternativa concreta aos mandamentos do neoliberalismo. É possível nos limites de um Estado, sitiado pelo governo federal entreguista, oligarca (no sentido de presa do capital financeiro) e corrupto de Fernando Henrique? É sim, em se tratando de um **projeto macro**, que tenha por meta a definição de mecanismos criativos de refinanciamento do Estado, que se identifique com a estrutura econômica do Rio Grande do Sul, de cadeias produtivas bem definidas e articuladas, e que dialogue com a condição geográfica do Estado, hoje favorecida pelo intercâmbio regional do Mercosul. Essa pode ser a estrada que leve à geração de emprego e renda, que valorize o funcionalismo público, que estimule a cidadania, que a mobilize para a luta de resistência nacional. E reafirme a condição progressista, de esquerda, do governo liderado pelo ex-presidente do sindicato dos bancários, Olívio Dutra.

Campanha de filiação no PCdoB do Piauí

A direção do PCdoB do Piauí está trabalhando com afinco na campanha de filiação, com atenção especial para o interior do Estado. No dia 15 de maio, numa solenidade no município de Barras, 20 pessoas ingressaram no Partido.

O evento contou com a participação do vice-governador do Piauí e presidente do Partido, Osmar Júnior, o vereador em Teresina, Anselmo Dias; o vereador em Barras, Alfredo Barbosa; a presidente da Fundação Cultural do Estado, Lourdes Rufino, o presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí, Dino Pereira, e o secretário de Organização e Finanças do Comitê Estadual, George Wellington.

Dentre as pessoas que oficializaram sua adesão ao PCdoB, destacam-se a jornalista Graça Carvalho, o ex-vereador Toinho Lula, o líder estudantil Ademir Vaz, além de lideranças comunitárias.



Filiações no interior do Estado

Para Osmar Júnior, o ato em Barras “é um passo para passarmos a ser um Partido de médio porte”.

A jornalista Graça Carvalho contou que muitas pessoas questionaram sua decisão de entrar no PCdoB. “Disseram que eu não tinha a cara do Partido. Respondi que tenho a cara do povo e por isso escolhi o PCdoB”.



Vereadores Canindé, Nogueira, Ana Martins e Anselmo Dias, do PCdoB

Encontro nacional reúne 900 vereadores

ALDO ARANTES

A União dos Vereadores do Brasil (UVB) realizou entre os dias 2 e 4 de junho, em Brasília, o 38º Encontro Nacional de Vereadores, com a presença de, aproximadamente, 900 vereadores de todo o Brasil.

Foram abordados temas como a Reforma Tributária e os Municípios, o Desafio do Legislativo no Terceiro Milênio, Prorrogação de Mandatos e Reforma Administrativa e seus reflexos nas Câmaras. O tema que mais suscitou debates entre os vereadores foi o da prorrogação dos mandatos.

O deputado Paulo Octávio, autor da proposta de emenda à Constituição que trata do assunto, afirmou que “a coincidência nas eleições representará uma redução de gastos para o governo”. Trata-se de um argumento falacioso para defender a prorrogação de mandatos. Por este argumento, a não realização de eleições representaria uma economia maior ainda. Por outro lado, mesmo para aqueles que defendem esta tese, a alternativa democrática não seria a prorrogação, mas a eleição por um período que assegurasse a coincidência de mandatos.

Foram discutidos, também, vários temas referentes ao papel das câmaras de vereadores e dos municípios, dentre eles as 158 Propostas de Emendas à Constituição (PECs) que afetam diretamente o legislativo municipal, em tramitação no Congresso; a emenda Amin e os caminhos para a construção do Sindicato Nacional dos Vereadores.

A proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo ex-senador Esperidião Amin fixa um percentual de despesas das câmaras municipais em função da receita do município. A consequência disto é que, em um grande número de municípios pequenos, seus vereadores não terão subsídios. Somente as pessoas que tiverem recursos poderão exer-

cer o cargo de vereador nestes municípios. É, evidentemente, um retrocesso do ponto de vista democrático.

Temas mais polêmicos como a crise econômica e política do país, a reforma política, os acordos com o FMI e suas consequências para os Estados e municípios não foram discutidos.

Entre as moções aprovadas destacaram-se o apoio à PEC da prorrogação dos mandatos, a manifestação contrária à PEC Amin e às PECs que atingem a autonomia dos municípios.

Foi um encontro com pouca participação nos debates. Foi conduzido de tal forma a cercear o debate de questões polêmicas. Os vereadores não tiveram oportunidade de apresentar seus problemas e a realidade de seus municípios.

A grande maioria dos vereadores eram dos partidos da base de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso. A presença de representantes dos partidos de esquerda foi pequena.

Bancada comunista

Ficou evidente, também, um grande desejo entre os vereadores de se mobilizarem contra a tentativa de limitar os poderes do legislativo municipal e de restringir a autonomia dos municípios.

Durante o encontro foi formada a nova diretoria da UVB que comandará a instituição pelos próximos dois anos. O vereador José Malta (PFL-BA) foi reeleito presidente da entidade. Vereadores do PCdoB foram eleitos para integrar Comissões: Ana Martins (SP/SP) integrará a Comissão de Cidadania, Anselmo Dias (Teresina/PI) a Comissão Legislativa e Josemir dos Santos (Pojuca/BA) a Comissão Constitucional.

Além destes participaram do encontro os vereadores comunistas: Francisco Canindé (Ponteirão/GO), Sérgio Nogueira (Xique-Xique/BA) e Pascoal de Menezes (Pojuca/BA).

Da Comissão Política do Comitê Central e Coordenador da Comissão Parlamentar do PCdoB

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) Edição em HTML: Gabriela Mendonça

Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo.

Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>

E-mail: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

FHC fora do governo!

RENATO RABELO*

A evolução do processo político em curso conduz o movimento oposicionista em geral a adotar uma postura mais nítida contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. Os setores comprometidos com os anseios populares, em especial, devem desenvolver uma oposição ainda mais veemente e decidida. O quadro de correlação de forças entre os componentes situacionistas e os da oposição ainda não se alterou. Entretanto, os fatores tanto objetivos (instabilidade e crise) quanto subjetivos (mais nitidez e unidade oposicionistas), que se acumulam, podem romper com a relação de desigualdade política, ainda favorável às forças governistas, desde que se possa direcionar o resultado dessas modificações na formação de uma maioria social e política que esteja confiante numa alternativa contrária à atual orientação governista.

A tempestade continua

A crise que atravessa o Brasil no atual período histórico tem uma dimensão multilateral. Ocorre nos terrenos econômico, político, social, moral, cultural. Tem características inéditas por sua profundidade e revela traços importantes do esgotamento do modelo de dependência do Brasil ao sistema capitalista internacional na fase atual da "globalização". As restrições internacionais ao desenvolvimento do país se acentuaram. Os déficits externos crescem e as dívidas interna e externa adquirem dimensões astronômicas.

O colapso financeiro de fevereiro último foi apenas circundado, às custas de mais recessão, mais favorecimento aos grandes financistas, mais crescimento das dívidas e enorme ônus social. O terremoto pas-



sou, porém a tempestade continua. Os estragos são profundos e a possibilidade de novos e maiores terremotos estão presentes - são imprevisíveis as perspectivas econômico-financeira da Argentina e dos Estados Unidos, por exemplo.

Tal situação mantém um curso econômico de inconstância e persistente instabilidade. No terreno social há um forte deterioramento com a elevação do desemprego, chegando à casa dos 20% na mais importante região metropolitana do país. Os cortes acentuados nos dispêndios públicos levam a uma situação de tragédia às estruturas de saúde, educação, moradia e saneamento para a maioria da população.

No plano político isso provoca uma constante instabilidade e crescente incompatibilidade do governo FHC com o povo. A base de sustentação política governamental sofre fortes abalos. Fernando Henrique já não unifica as elites como no seu

primeiro mandato. E o que é mais saliente: pela crescente perda de poder político, FHC vai se tornando cada vez mais refém das forças que o sustentam. Perde até o poder de nomear de forma autônoma seus ministros; perde capacidade de governar. Com apenas seis meses de segundo mandato, o clima reinante em Brasília é de "fim de governo", como admitiu o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Mais recentemente, em face das denúncias do jornal *Folha de S. Paulo*, comprovando o envolvimento pessoal do presidente da República na tentativa de favorecimento a grupos privados, FHC foi flagrado à frente de ações atentatórias à probidade administrativa. O seu descrédito elevou-se ainda mais ante a opinião pública. A maioria já desaprova seu governo.

Intensa mobilização popular

A concentração de fatores como esses podem desembocar

em uma crise institucional ou de governo. Os próprios setores governistas têm presente essa possibilidade. Não é por acaso que ensaiam o lançamento de candidaturas, defendem a necessidade de uma reforma ministerial "técnica" e até se dispõem, em última instância, a preparar emendas constitucionais visando um parlamentarismo com FHC.

Levando em conta esse recrudescimento político, a Comissão Política do PCdoB estimou ser necessário fazer ajustes na sua orientação. Coloca-se na ordem do dia a necessidade de fortalecer a unidade da frente oposicionista democrática e popular, retomada na reunião do dia 2 deste mês, em Brasília, e consolidar um amplo movimento em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Defendemos a substituição de FHC por um novo governo, de base democrática, patriótica e popular.

Os últimos acontecimentos também nos levam a atualizar nossas palavras de ordem. Já afirmávamos que a indicação de "Basta de FHC" tinha papel conscientizador, transitório. Hoje vai ganhando convicção entre círculos cada vez maiores do povo que é preciso Fernando Henrique estar fora do governo. Impõe-se a luta pelo fim mais rápido deste governo. Assim, é necessário mobilizar e conscientizar o povo para a denúncia contra o presidente da República por crime de responsabilidade, abrindo assim caminho para a vacância da Presidência e convocação de novas eleições através de medida constitucional.

Uma campanha deste porte, nas condições atuais, não tem curta duração. Ela visa conscientizar, organizar, acumular forças para o êxito de uma verdadeira alternativa oposicionista. O êxito de um novo rumo para o Brasil não se fará sem uma intensa mobilização popular e participação de amplos setores oposicionistas em torno de uma plataforma comum.

*Vice-presidente do PCdoB

Irresponsabilidade monetária violenta Estados e municípios

SÉRGIO MIRANDA*

A mais nova mentira oficial que está sendo divulgada para a sociedade brasileira atende pelo nome de Lei de Responsabilidade Fiscal. A grande contradição consta no próprio nome da lei. O conceito de responsabilidade no projeto significa fidelidade aos credores do país e o respeito aos compromissos com o setor financeiro. Governadores e prefeitos que simplesmente não se enquadram no modelo de severas restrições a gastos com pessoal e seguridade serão acusados e penalizados como irresponsáveis fiscais.

A lamentável curiosidade é que no Brasil procura-se criminalizar os gestores públicos. Exemplo: fixam-se limites de 60% para despesas com social e se o

prefeito não conseguir cumprir a meta, é sumariamente enquadrado em crime, com pena de um a quatro anos. O aumento de despesas em seguridade social tem de ser compensado pelo corte em outros programas ou pela instituição de novos impostos. O alvo do projeto é o controle sobre as despesas sociais para assegurar a geração de superávits primários - garantia de ganhos para o mercado financeiro. A lógica é conceder ao Poder Executivo a autorização legal para justificar cortes e mais cortes em todas as áreas sociais para o compromisso sagrado de saldar dívidas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal segue à risca a cartilha do FMI e promove uma absurda violência contra o pacto federativo proibindo sumariamente que a União promova renegociações

dos acordos das dívidas dos Estados e municípios. A aberração dessa proibição formal é uma grande violência contra governadores e prefeitos, uma imposição externa que não considera a grave situação impeditiva do cumprimento desses acordos.

Outro item condenável é a fixação de percentuais tributários para gastos nos setores de educação e saúde, sem obrigar, no entanto, a União a fixar qualquer percentual. Municípios e Estados têm de prestar contas, dizendo quanto gastarão nas áreas sociais, mas a recíproca não é verdadeira para o governo federal.

Aumentar benefícios de caráter individual - como planos de previdência, gastos com idosos, deficientes, carentes e seguro desemprego - passa a ser motivo de penalização. O governo

quer a sua compensação reduzindo quaisquer gastos com seguridade social. Mas, pela Constituição, seguridade social não pode ter limite de gastos.

Fica a pergunta: Quem são os reais gastadores, que merecem ser punidos? Os depauperados administradores dos Estados e municípios ou os responsáveis pela elevação da dívida pública de R\$ 60 bilhões para R\$ 350 bilhões, em 4 anos de governo FHC? Mas a corda tem estourado para o lado mais fraco. Os poderosos donos do poder, os causadores da irresponsabilidade monetária, que transformaram a administração pública em geradores de superávits primários, tornando sagrados os gastos com dívidas e condenáveis os "excessos" com despesas sociais.

*Deputado federal - PCdoB/MG

Fortalecer as direções comunistas

Encontram-se em plena execução, os Planos de Estruturação Partidária nos Estados. Uma boa parte dos Comitês Estaduais tem enviado ao Comitê Central relatórios mensais das suas atividades. A direção do Partido tem estudado tais informes.

Os aspectos mais positivos da execução dos Planos têm sido no campo da formação e de certa forma nas filiações. Uma questão essencial para o desenvolvimento do Plano no momento é a estruturação e consolidação das direções intermediárias no processo de execução dos Planos Estaduais, ou seja, os Comitês Municipais e os Distritais das capitais. Este é o alvo imediato do Plano de Estruturação partidária. Não podemos perdê-lo de vista.

Tais organismos devem contribuir regularmente com o Partido, divulgar amplamente suas propostas e idéias, receber os materiais partidários, participar de cursos de formação através do Cifoma e dedicar-se à organização das bases. É preciso também que essas direções se reúnam com periodicidade e tenham internamente a designação das funções mínimas conforme determina o Regimento Interno do PCdoB.

É necessária atenção a essa questão no processo das eleições das novas direções nas conferências municipais e distritais em curso. Emergirão desse processo mais de 800 direções intermediárias, integradas por cerca de 5 mil camaradas. É desse grande patrimônio do Partido que devemos cuidar. É a partir dele que poderemos organizar e construir as milhares de Organizações de Base, que representam o segundo alvo mais importante do Plano, e que são vitais para que o Partido possa levar adiante as suas tarefas revolucionárias.

A documentação das Conferências que deve ser enviada aos Comitês Estaduais e o posterior registro para fins de anotação nos Tribunais Regionais Eleitorais. As novas direções intermediárias devem reunir-se o mais breve possível para fixar o seu Calendário de Planejamento de Atividades e designar os membros das Comissões Políticas e eventualmente do seu Secretariado.

NACIONAL

FHC pode trocar a Amazônia pela dívida externa

SABÁ RAPOSO

A exploração ou congelamento (impedimento de realização de pesquisas) da Amazônia, com toda sua biodiversidade e reservas minerais, poderá ser oferecida pelo governo Fernando Henrique Cardoso aos países "ricos" em troca de recursos ou abatimento da dívida externa. O alerta é feito pela deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). Essa possibilidade foi levantada por senadores norte-americanos que, em 1991, na Ata de Sobrevivência Cultural Pan-Americana, subordinavam qualquer renegociação da dívida externa às condições de vida dos povos indígenas. No Senado dos Estados Unidos há também projeto propondo a conversão da dívida externa em permuta por áreas de preservação.

"A desnacionalização da Amazônia se torna ainda mais próxima nesse cenário de perda total da soberania nacional que está sendo construído por FHC e seus aliados e com o programa de privatização, orientado para entregar de forma acelerada o controle de nosso patrimônio aos grupos econômicos internacionais", afirmou a deputada, que em recente audiência pública na Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara Federal, alertou o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, sobre o assunto.

Para a deputada, a defesa da soberania da Amazônia deve estar na pauta de luta do movimento popular. Já foram transferidas para o controle privado as maiores empresas estatais de siderurgia. O setor elétrico está privatizado em praticamente todas as regiões do país e o governo anuncia a venda da Chesf, Eletro-norte e Furnas. As telefônicas convencional e celular estão integralmente sob administração privada, o mesmo acontecendo com a Embratel, o Metrô do Rio de Janeiro, a Embraer, a área petroquímica e até o Porto de Santos, entre outros.

O governo trabalha nesse momento para retalhar a Petrobrás, passando serviços essenciais ao funcionamento da empresa para a iniciativa privada. FHC e seus aliados têm planos de privatizar a Empresa de Correios e Telegráfos, a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, o que já chegou a ser avaliado como necessário pelo Fundo Monetário Internacional.

"Sem dinheiro e sem mais nenhuma empresa para vender e receptivo às pressões internacionais, restará a FHC e seus aliados aceitarem a desnacionalização da Amazônia, satisfazendo assim o desejo dos grupos econômicos internacionais e dos países ricos, que há muito tempo vêm demonstrando interesse em se apoderar dessa parte rica do Brasil", adverte Vanessa Grazziotin.

Setores das Forças Armadas argumentam que com o esgotamento das reservas de petróleo e outras fontes de energia, prevista para 2040, os países ricos devem optar por uma invasão militar na Amazônia, repetindo atos como as guerras do Oriente Médio e agora nos Bálcãs, onde a justificativa de defesa da paz camufla o interesse econômico de se apoderar das reservas minerais existentes na região e ocupar posições estratégicas do ponto de vista militar.

Potencialidade

A política de privatização de FHC casa perfeitamente com os interesses in-



ternacionais e acelera a concretização dos projetos de desnacionalização da Amazônia, uma área de 5 milhões de Km², representando 60% do território nacional e com potencial mineral estimado em US\$ 1,6 trilhão, com destaque para o nióbio de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, Estado que possui também 50 milhões de m³ de petróleo e gás, o suficiente para abastecer o Estado de São Paulo por 70 anos.

Na Amazônia estão ainda 3,5 milhões de Km² de floresta tropical e seu potencial hidroenergético alcança

68.623 mw, representando 53% dos 129.046 mw de todo o país. Menos de 10% desse potencial está explorado. A esses números devem ser acrescentados ainda 3 mil espécies de peixes, mais de 25 milhões de hectares de várzea, com capacidade para produzir 50 milhões de toneladas de alimentos, o que equivale

a 70% da produção nacional.

Estudos do Ministério da Ciência e Tecnologia apontam que numa área de 60 milhões de hectares da Amazônia ocupada por cultura extensiva de dendê pode-se produzir seis milhões de barris/dia de óleo vegetal, que poderá ser utilizado como combustível para a geração de energia elétrica. Há ainda a energia solar e a enorme reserva de biomassa, que também pode ser utilizada para gerar energia.

Sinais negativos

O governo FHC vem reduzindo drasticamente o volume de recursos para a região, deixando de efetivar políticas voltadas para o desenvolvimento regional e setorial com vistas a superar as deficiências estruturais, ao mesmo tempo em que deixa de priorizar investimentos na infra-estrutura básica, educação formal e profissional, ciência e tecnologia e meio ambiente e não dá atenção à necessidade de regularização fundiária. Essas medidas contribuiriam para diminuir as diferenças regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

Na relação de recursos públicos que não chegam à Amazônia está a corrupção. Dos 1.542 projetos que receberam incentivos do Fundo de Investimento da Amazônia - Finam, no período de 1964 a 1996, apenas 530 forma concluídos, sem que o governo tomasse qualquer providência para recuperar o dinheiro público desviado.

A realidade econômica e social da região, apresenta o maior índice de analfabetismo do país e uma insuficiente rede pública escolar em todos os níveis. O sistema de transportes é precário e lento, contribuindo para o isolamento das populações; a política de saúde em geral fica restrita às capitais dos Estados.

"O que existe sob o atual governo é a redução do orçamento para a região, através de cortes e o contingenciamento assinado recentemente por FHC, que prioriza o pagamento da dívida, retirando recursos que deveriam ser aplicados em obras de infra-estrutura, habitação, construção de hospitais, escolas, em projetos de estímulo à produção e à pesquisa", destacou Vanessa Grazziotin.

Ocupação estrangeira

Enquanto o governo se omite de suas responsabilidades com a Amazônia, os países ricos investem em pesquisa, envio de técnicos e até a retirada de matéria-prima da região. Somente no Amazonas a Missão Novas Tribos do Brasil possui 10 aeroportos de uso exclusivo, sem qualquer fiscalização. Rios sem qualquer controle e milhares de quilômetros de fronteiras tornam a Amazônia vulnerável para investidas de todo tipo de aventureiros e, objetivamente, centenas de espécimes botânicos, animais e até mesmo sangue humano, retirado de índios, têm sido contrabandeados da região.

Várias organizações, financiadas pelos sete países ricos, interferem internamente e no panorama internacional no sentido de manter a região intocável, como se fosse uma grande reserva estratégica do capitalismo pelo seu potencial biológico e mineral. O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM - divulgou que madeiras estrangeiras já foram retiradas de grandes latifundiários ao adquirir mais de 1,2 milhão de hectares de terras no Estado.

Tentativas de internacionalização

1823 - Criada em Londres a Companhia Brasileira de Colonização para atuar no norte do país nas áreas de agricultura, criação de gado, fabricação de sal e exploração mineral. Ao mesmo tempo o Brasil recebia pressões para abrir mão do território da Amazônia, que passaria a se constituir na Província Transatlântica de Portugal

1835 - Franceses ocuparam o Amapá, sob o pretexto de manter a paz na região. Em seguida uma frota francesa aportou em Belém, propondo ao governador Eduardo Angelim que declarasse a Amazônia independente, em troca de financiamento

1849 - Matthew Fontaine Maury, chefe do Observatório Naval de Washington e membro do American Geographic Society publicou um trabalho sustentando que a Amazônia e o Golfo do México fazem parte do mesmo complexo geográfico. O documento trazia a idéia de que os Estados Unidos deveriam estender sua fronteira sul até a margem esquerda do Rio Amazonas.

1850 - A Superintendência geográfica dos Estados Unidos financiou uma expedição que veio a Amazônia com o objetivo de abrir caminhos para a formação da República Amazônica.

1861 - Napoleão III, da França, propôs vender Caiena, incluindo o território do Amapá, aos Estados Unidos. O preço seria US\$ 8 milhões.

1901 - Criação nos Estados Unidos do Bolivian Syndicate, que visava arrendar o Acre.

1927 - No acordo de Washington o governo americano condicionava empréstimos à troca de latifúndios para assentamentos de grandes projetos, como a Fordlândia no Pará, com um milhão de seringueiras.

1940 - Financiado pela Standard Oil Company, Nelson Rockefeller criou a American International Association for Economic and Social Development (AIA) que, sob a justificativa de entidade filantrópica, colocou várias missões religiosas na Amazônia.

1944 - Chega à região a Missão Evangélica da Amazônia, subsidiária da Sociedade Asas do Socorro, para atuar entre os índios, operando com aviões, aeroportos, hospitais, escolas.

1945 - A Unesco propõe a criação do Instituto da Hiléia Amazônica, com finalidades científicas, controlado por um conselho supranacional onde o Brasil teria apenas um voto.

1953 - O diplomata W. Trousdale oficializa proposta dos Estados Unidos no sentido da abertura do Rio Amazonas à navegação internacional. A proposta foi rejeitada pelo Congresso Nacional.

1964 - Com recursos do Pentágono, o Instituto Hudson propõe a formação de grandes lagos na Amazônia, com o objetivo de impedir a exploração dos minérios existentes na região. Nesse mesmo ano começou a atuar entre os índios a Mission Aviation Fellowship.

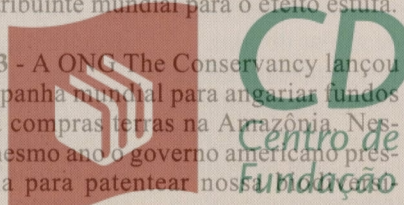
1965 - Chegam as Missões Novas Tribos do Brasil e Sammer Institute of Linguistic, também equipada com aviões para atuar entre os índios.

1966 - É criado o Projeto Jari, com 3 milhões de hectares, financiado pelo mega empresário Daniel Ludwig.

1981 - O Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, com sede na Holanda, divulgou documento negando a soberania do Brasil sobre a Amazônia, que era descrita como patrimônio da humanidade.

1989 - A inglesa The Nature Conservancy e a americana World Resoucer Institute divulgaram que o Brasil seria o terceiro contribuinte mundial para o efeito estufa.

1993 - A ONG The Conservancy lançou campanha mundial para angariar fundos para comprar terras na Amazônia. Nesse mesmo ano o governo americano pressiona para patentear nossa biodiversidade.



NACIONAL

Partidos de esquerda vão criar movimento em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho

Reunidos na capital federal, Brasília, os presidentes dos partidos de oposição (PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB) decidem retomar a Frente de Oposição Democrática e Popular. Delibaram, ainda, criar mecanismos permanentes de consulta, coordenação e direção com a finalidade de dar organicidade à Frente e imprimir um ritmo dinâmico à sua atividade.

Os presidentes dos partidos de oposição passaram em revista a situação nacional e chegaram às seguintes conclusões:

1. Sob o desgoverno de Fernando Henrique, o Brasil está sem rumo. A política econômica, ditada pelos centros do poder do capital financeiro internacional, representado pelo FMI, longe de superar a crise, só faz aprofundá-la, alimentando a dependência do país e os riscos de um novo colapso econômico-financeiro.

2. Enquanto isso, a crise social assume ares de dramaticidade. Insensível e abúlico, o ocupante do Palácio do Planalto é incapaz de fazer ao menos um aceno para a solução. Seu governo se assemelha mais a um vice-reinado dos potentados



Legenda

internacionais, cujas ordens cumpre com zelo. Sua administração mais parece a gerência de um cassino, onde ganham os especuladores, os banqueiros, gente parasitária desligada da produção, os arrematadores de leilões de privatização de empresas públicas e os sonegadores de impostos.

3. Durante o seu primeiro mandato e nos poucos meses desde que foi reempossado, Fernando Henrique cometeu atos graves e irreversíveis, lesivos à soberania nacional e aos direitos democráticos e sociais do povo brasileiro. Nas últimas semanas, uma sucessão de escân-

dalos desmascarou seu governo. O próprio presidente foi flagrado cometendo atos condenáveis. E, ao reagir, através de inaudita operação-abafa, incorreu em perjúrio, obstruindo ainda a investigação dos fatos. A crise moral, a erosão da autoridade do presidente, as disputas sem princípios entre partidos e lideranças da base de sustentação governamental, a perda da credibilidade junto à opinião pública configuraram a formação de um ambiente propício à eclosão de uma crise política e institucional. À frente de um governo desmobilizado e superado, o presidente propõe medidas que

são verdadeiros golpes, como a chamada reforma política, grosseiro ataque às liberdades democráticas e atentado à Constituição da República.

4. Os partidos de oposição estão convencidos de que somente um governo representativo da união das forças democráticas, patrióticas e populares, será capaz de abrir nova perspectiva ao país. Nas condições atuais, reafirmam seu empenho para desenvolver mais decididamente a luta contra o governo alheio aos interesses nacionais e antidemocrático de FHC. No quadro em permanente agravamento, decidem enfrentar a crise mobilizando o povo, para a criação de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da soberania nacional, da democracia, da moralidade no trato da coisa pública, pelo emprego e justiça social.

5. Finalmente, a reunião chegou às seguintes conclusões:

a. Retomar a Frente de Oposição Democrática e Popular;
b. Construir uma direção colegiada da Frente, formada pelos presidentes dos cinco partidos opositores, e organizar uma secretaria de trabalho;
c. Promover a criação de um amplo Movimento em defesa do Brasil da Democracia e do Trabalho;
d. Lançar uma campanha nacional para coleta de assinaturas com o objetivo de levar o Congresso Nacional a promover o enquadramento do presidente da República em crime de responsabilidade, culminando no mês de agosto com uma ampla mobilização popular na capital federal.

Brasília, 2 de junho de 1999.

PT - José Dirceu
PDT - Leonel Brizola
PSB - Miguel Arraes
PCdoB - João Amazonas
PCB - Zuleide Faria de Melo

Oposição quer fim dos bombardeios à Iugoslávia

Os partidos aprovaram também uma moção contra a extinção da Justiça do Trabalho e outra onde conclamam pelo fim dos bombardeios dos Estados Unidos

e da OTAN contra a Iugoslávia, defendem a autodeterminação dos povos e uma solução negociada e pacífica que assegure os direitos da população de Kosovo.

João Amazonas homenageado em Belo Horizonte

O presidente do PCdoB, João Amazonas, esteve em Belo Horizonte para o lançamento do seu livro "Desafios do Socialismo no Século XXI" e o recebimento do título de cidadão belo-horizontino, conferido por iniciativa do vereador Paulão, Paulo Augusto dos Santos. Mas foi muito mais do que isso.

A passagem de Amazonas, que foi militante comerciário da década de 40 e atuou na capital mineira, representou um reencontro da participação do PCdoB na história do Brasil, particularmente nos momentos em que ela passou por Minas.

A visita ao governador Itamar Franco foi marcada pelo debate sobre a gravidade da situação do país e a necessidade da união de todos os patriotas para defendê-lo. "O país está ameaçado, é preciso um amplo movimento em defesa do Brasil", afirmou João Amazonas ao governador. "Temos de mudar os rumos da política econômica em curso responsável por esta situação que aí está", repetia Itamar Franco que recebeu os comunistas acompanhado do seu ex-secretário da Fazenda, Alexandre Dupeyrat, recém-destituído por pressões de setores da direita, e por Geraldo Faria, velho amigo do governador, perseguido nos tempos da ditadura. João Amazonas se fazia acompanhar pelo deputado federal Sérgio Miranda, pelo dirigente



Jô Moraes, o governador Itamar e o presidente do PCdoB

nacional Pedro de Oliveira e pelos dirigentes estaduais Jô Moraes e José Zito Vieira.

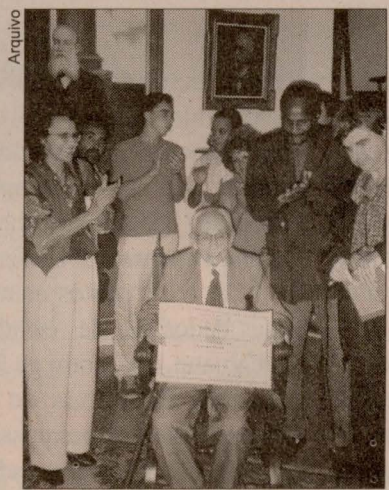
A agenda anterior do governador tinha sido com o deputado federal do PSDB, Aécio Neves que se apresentava como autorizado pelo presidente da República para uma aproximação da União com Minas. Apesar das manipulações da mídia para caracterizar uma aproximação com Fernando Henrique, o governador declarou que recebeu o deputado pela amizade que tivera com o seu pai, parceiro de chapa em disputa anterior, "que o diálogo havia sido com o deputado" e elogiou sua posição em defesa de Furnas.

Durante a conversa com o governador de Minas, que durou uma hora, João Amazonas lembrou os momentos em que o Partido esteve com Juscelino Kubitschek, presidente mineiro

que se comprometeu, caso fosse eleito, em suspender a prisão preventiva decretada contra a direção do PCdoB naquele momento. Relembrou também a visita de Tancredo Neves, na oportunidade ainda governador de Minas, para reforçar a necessidade de que ele se candidatasse à presidência, nas circunstâncias do Colégio Eleitoral como caminho que surgia para pôr fim ao período ditatorial.

Homenagem de BH

O encontro com o prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, que contou também com a presença de Gilse Cosenza, presidente do PCdoB da capital, e do vereador Paulão, foi uma troca de idéias sobre a necessidade de enfrentar os problemas da mobilização popular e da unidade dos partidos de



Amazonas, cidadão de BH

esquerda. O prefeito homenageou o visitante com um livro especial sobre os 100 anos de Belo Horizonte.

A visita à Câmara Municipal para receber, no salão nobre, porque era período de sessão legislativa, o título de cidadão honorário de Belo Horizonte foi marcada por muita emoção. Abraçado carinhosamente pelo vereador Paulão, que emocionado lhe beijou a testa no momento da entrega do título, João Amazonas foi cumprimentado por vários vereadores de diferentes partidos que saíram da sessão para saudá-lo. Dois momentos marcaram a particularidade da homenagem. O vereador Betinho Duarte, do PSB, militante da anistia, dirigindo-se ao combatente do Araguaia, pediu a todos os presentes presentes ao ato da chamada dos guerrilheiros que morreram na-

quela saga histórica e que hoje são nomes de rua na capital mineira. A vereadora Maria Helena, do PFL, evangélica da Igreja Universal, fez uma saudação especial, destacando o importante papel do homenageado na busca de melhores dias para o país. A líder do PCdoB na Câmara, vereadora Jô Moraes, finalizou o ato agradecendo a expressiva presença dos parlamentares, em especial do presidente, vereador César Masci, do PSDB, que demonstrava espírito democrático com seu gesto.

O lançamento do livro, à noite, no Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, surpreendeu a todos pela amplitude das presenças, pelo entusiasmo e alegria espontânea da militância e pelo número de exemplares vendidos. Estiveram presentes o secretário de Estado de Minas e Energia, ex-deputado Paulino Cícero, do PFL, o secretário municipal de governo, Paulo Lott, do PMDB, o deputado Marcos Régis, do PPS, representando o presidente da Assembléia Legislativa e os presidentes do PSB, Alexandre Vieira, e do PCB, Fernando Nogueira, além do representante do prefeito, Otilio, e das lideranças do PCdoB. O ato terminou com uma dança de roda realizada no pátio, organizada pelo grupo da terceira idade do Alto Vera Cruz, Minas de Simão, da líder comunitária e militante do PCdoB, Valdete.

NACIONAL

Trabalho na mira de ataque de FHC

GUIOMAR PRATES

Os estragos provocados pela política de Fernando Henrique à economia brasileira são enormes. Segundo o Conselho Federal de Economia, o valor em dólares do PIB cairá neste ano 27%, decorrência da recessão e da desvalorização do real.

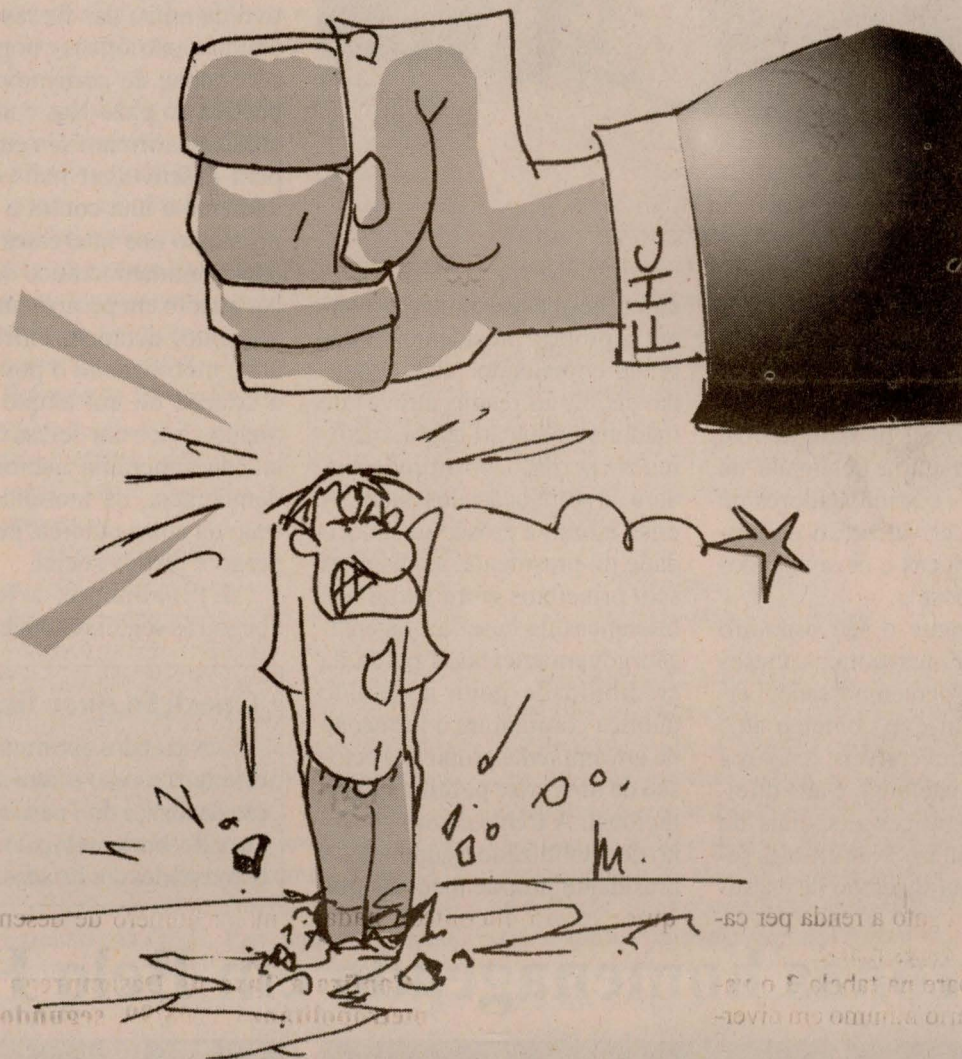
A maxi-desvalorização em janeiro representou um prejuízo de R\$ 102 bilhões para o país. Isso equivale a quase cinco vezes a receita obtida com a privatização da Telebrás.

Nos últimos quatro anos, a dívida interna cresceu mais de 400%. Pulou de R\$ 388 bilhões, em dezembro/98, para R\$ 500 bilhões em fevereiro passado. Somando-se à dívida externa, que já atinge US\$ 235 bilhões, o Brasil encontra-se em estado de insolvência.

Como a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, a era FHC está marcada pelo ataque ao trabalho, em todas as frentes. O quadro é de recessão econômica e arrocho salarial. Explode o desemprego e a organização dos trabalhadores é atacada. Na outra ponta, ganha o capital especulativo, através dos juros e de uma política de abertura total. Os banqueiros lucram acima da imaginação com as crises que eles mesmos provocam. Mas não apenas eles. Grandes montadoras utilizam o momento de crise para fazer chantagem. O acordo que o governo fez, trocando a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) pela manutenção dos preços dos veículos e do nível de emprego por 90 dias, também deu prejuízo ao país. Segundo a Receita Federal, o Brasil deixou de arrecadar aproximadamente R\$ 50 milhões entre março e abril deste ano, uma queda de 29% em relação ao mesmo período do ano passado.

No início de maio, 11 dias antes do fim do acordo, as montadoras reajustaram os preços dos veículos em 2,98%, apesar das vendas terem crescido 122% em relação a fevereiro. E a perspectiva é de que novas demissões venham a ocorrer no setor.

A histórica má distribuição de renda no Brasil acentuou-se. Hoje, os trabalhadores de baixa renda gastam com despesas essenciais o mesmo que os assalariados gastavam na década de 30. Os pau-



listanos com renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 390) comprometem com despesas básicas (alimentação, habitação, vestuário, transporte, saúde e educação) 85% do orçamento. Este percentual é apenas 0,5% inferior aos 85,5% de 1934 e 10 pontos acima a de 1974. Esses dados são de estudos de Márcio Porchmann, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp. Ele usa pesquisas feitas na cidade de São Paulo em cada época.

A renda do trabalho representa hoje 36% do PIB (Produto Interno Bruto). Em 1990, a renda do trabalho representava 42% as riquezas produzidas no Brasil. Em 1980, 50%. Em 1960, 55%. Isso significa que se paga menos salários atualmente.

O valor econômico do salário mínimo

A má distribuição de renda está diretamente relacionada ao valor do salário mínimo, que tem um papel econômico relevante. Segundo o PNAD/IBGE

de 1997, chega a 15 milhões o número de trabalhadores que recebem um valor equivalente ou inferior ao salário. Este número corresponde a 21,2% dos trabalhadores ocupados. Além disso, 12 milhões de aposentados recebem este piso. E há os que recebem múltiplos do salário mínimo, sendo, portanto, afetados por um reajuste ou pela falta dele. O Nordeste concentra 48,6% dos trabalhadores que recebem um salário mínimo ou menos.

Fernando Henrique não cumpriu a sua promessa de campanha de dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo no seu governo. Entre 1994 e 1998, seu valor real elevou-se em apenas 12%. No ano 2.000, segundo estimativas do Dieese, ele valerá, em termos reais, 10% a mais do que valia em 1994.

O salário mínimo atual compromete mais de 80% da renda do trabalhador (dependendo da capital analisada) para a aquisição da cesta básica. Segundo o Dieese, ele abarca treze produtos componentes da ração mínima essencial. Se

o trabalhador se alimentar de forma minimamente decente não dispõe de recursos para os gastos adicionais como habitação, transporte, saúde, vestuário, educação, previdência e despesas pessoais.

Desta forma, o salário mínimo calculado pelo Dieese, como sendo aquele suficiente para a manutenção de uma família de quatro pessoas e para cobrir não somente os gastos com alimentação mas também com moradia, transporte, vestuário, saúde, educação e despesas pessoais, deveria ser de R\$ 852,11 em setembro de 1998. Com o aumento da inflação e da cesta básica de lá para cá, ele deve estar hoje em torno de R\$ 880, quase sete vezes acima do salário oficial.

Progressivamente, o salário mínimo vem perdendo seu poder aquisitivo. Em 1959, com 27% de seu valor, se adquiria a cesta básica no município de São Paulo. Este percentual foi se elevando e chegou em 46% em 1969, 64% em 1979, até chegar em 92% em 1990. Apesar de ter caído um pouco a partir de 1994, o percentual de comprometimento do salário mínimo com a cesta básica manteve-se alto, situando-se na faixa de 82% em 1998.

Ano	Cesta básica x salário mínimo
1959	27,12%
1969	45,97%
1979	63,78%
1989	77,88%
1990	92,42%
1991	74,79%
1992	85,56%
1993	78,07%
1994	102,35%
1995	99,69%
1996	88,08%
1997	81,32%
1998	81,98%

Salário mínimo e distribuição de renda

O baixo nível do salário mínimo no Brasil em relação à renda média dos ocupados (em torno de um quarto deste valor que se situa na faixa de R\$ 449,00, segundo a PNAD/IBGE de 1997) e a quantidade expressiva das pessoas ocupadas que recebem, no máximo este valor, indica uma significativa concentração de renda.

Enquanto 47% da renda do trabalho está concentrada nos 10% mais ricos, os 40% mais pobres dispõem de um montante equivalente a 9% (PNAD/IBGE).

A tão propalada melhoria na distribuição de renda no Brasil pós-Real não conseguiu sequer trazer o país de volta

Confira a tabela do rendimento anual médio na região metropolitana de São Paulo, de 1985 a 1998, segundo pesquisa do IBGE (Valores em reais de novembro de 1998)

Posição na ocupação	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Assalariados	1204	1267	968	932	979	854	733	695	777	799	834	847	863	852
Assalariados setor privado	1157	1211	925	886	926	797	684	660	740	761	788	803	818	800
Com carteira	1258	1307	994	958	1001	853	742	724	819	842	862	880	901	874
Sem carteira	444	548	435	395	439	386	360	316	349	390	473	505	518	532
Assalariados setor público	1496	1615	1241	1214	1312	1187	1008	872	950	1000	1090	1103	1140	1168
Autônomos	903	1116	927	722	896	724	577	462	526	617	786	760	713	672

NACIONAL



para o mesmo nível de desigualdade de 1992.

Segundo concluem os técnicos do Desep, órgão de CUT, a extrema desigualdade na distribuição de renda do trabalho está relacionada a uma concentração muito acentuada e crescente da renda funcional: salários e rendimentos versus lucros.

A esta distribuição perversa entre lucros e salários, de um lado, e no âmbito da estrutura de salários de outro, deve-se agregar o quadro de concentração de riqueza no campo e nas cidades, sendo a agricultura familiar e as micro e pequenas empresas praticamente isoladas pelo sistema de crédito nacional.

Salário mínimo e pobreza

O salário mínimo tem um grande impacto sobre o nível de pobreza do país. Segundo o Mapa da Exclusão, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o país teria, em 1998, 25 milhões de miseráveis, se for levado em conta apenas as pessoas com mais de 16 anos.

Esses números são controversos, não há pesquisas ou metodologias definitivas. Principalmente, se a pobreza for analisada a partir da inserção do trabalhador no processo produtivo e do seu acesso a serviços públicos, como saúde, educação, previdência e assistência social.

No Brasil, a linha abaixo da qual se considera a pessoa como pobre é definida a partir de uma renda de R\$ 180,00 para uma família de quatro componentes. Nos EUA, a linha de pobreza para a mesma família de quatro pessoas é dez vezes superior a nossa, enquanto a renda per capita é seis vezes maior.

Compare na tabela 3 o valor do salário mínimo em diversos países.

Desemprego atinge um em cada cinco trabalhadores

O desemprego é a consequência mais grave da política econômica de FHC e a que traz maiores prejuízos sociais. Segundo a mais recente pesquisa do Dieese/Seade, em abril ele

bateu novo recorde na região metropolitana de São Paulo, atingindo 20,3% da População Economicamente Ativa (PEA). De cada cinco pessoas em idade de trabalhar, uma está desempregada. O número total de desempregados chega a 1.788 milhão. É a maior taxa de desemprego registrada desde 1985, quando o Diesse começou a realizar esta pesquisa.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Economia e Estatística), que só considera desempregado quem estava procurando trabalho na semana anterior à pesquisa e não encontrou nada,

mediu um ligeiro recuo na taxa em seis regiões metropolitanas no mês de abril, em relação a março: de 8,02% para 8,16%. Apesar da "queda", foi o percentual mais alto para o mês de abril na história do IBGE.

Já a pesquisa mensal de rendimentos de março do mesmo instituto mostra que o rendimento médio real caiu 1,395 na comparação com fevereiro e 4,71% em relação a março de do ano passado. No primeiro trimestre deste ano, a queda acumulada é de 4,77%.

Em todo o país, o desemprego é crescente.

O Brasil nunca viveu uma fase tão regressiva nas relações de trabalho. A opinião é de Márcio Porchmann, economista da Unicamp. Além do desemprego, cresce o desassalariamento absoluto e a precarização do trabalho.

Nos cinco anos de real, só a indústria de São Paulo perdeu 553 mil postos. Entre as décadas de 40 e 80, a cada dez postos de trabalho gerados no Brasil, oito eram assalariados e sete tinham carteira assinada. Agora, oito desses postos são não assalariados e os outros dois são sem-carteira. O Brasil saiu do 13º lugar entre os países com maior número de desemprega-

Salário mínimo

Valores em reais	Mai/98
Austrália	2.098
Bélgica	2.006
Holanda	1.878
França	1.746
Canadá	1.672
EUA	1.614
N. Zelândia	1.399
Japão	1.060
Grécia	959
Espanha	924
Portugal	726
México	188
Peru	179
Uruguai	149
Brasil	136

dos, em 1986 hoje ocupa a quarta posição.

Excluídas do mercado de trabalho, essas pessoas são, automaticamente, excluídas

do consumo. O próprio Banco Mundial calcula que para cada 1% de queda no PIB, cerca de 1 milhão de pessoas são jogadas abaixo da linha de pobreza. E não há políticas compensatórias. Pelo contrário, neste ano foram cortados R\$ 900 milhões nos gastos sociais previstos no orçamento federal.

Confira a Taxa de Desemprego Total nas regiões metropolitanas 1998/99, segundo dados do Dieese:

Regiões	Mar/98	Ago/98	Set/98	Out/98	Nov/98	Dez/98	Jan/99	Fev/99	Mar/99
DF	19,7	19,0	18,7	18,7	19,2	19,9	20,7	21,6	22,00
BH	15,3	16,2	15,8	15,6	15,7	16,3	16,7	16,8	17,9
POA	14,5	15,5	15,9	16,9	17,7	17,3	17,2	17,2	18,6
Salvador	24,1	25,4	25,6	25,7	25,2	24,2	(1)	(1)	(1)
Recife	21,7	21,5	21,8	21,3	21,0	20,4	20,9	21,4	(1)
SP	18,1	18,9	18,5	18,1	17,7	17,4	17,8	18,7	19,9

Princípios dissecou a guerra imperialista e a submissão de Fernando Henrique ao FMI

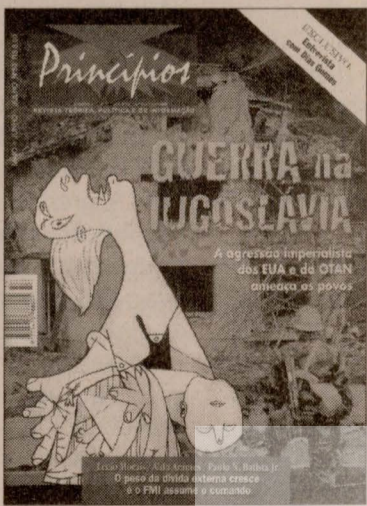
A revista *Princípios* 53 traz uma entrevista inédita com Dias Gomes, em que ele fala de seu trabalho, dos bastidores da televisão brasileira e faz um balanço de sua obra e defende a posição engajada que caracterizou seu trabalho.

A edição condena os ataques da OTAN e dos EUA à Iugoslávia, uma política belicista que atualiza a velha política das canhoneiras que, no passado, era usada pelas potências coloniais e imperiais para impor seus desígnios às nações pobres.

A revista revela a visão mistificadora que a imprensa divulga a respeito da China. Mostra como, naquele país, a política de privatização não tem o significado de retorno ao capitalismo, alardeado pela mídia, mas faz parte de um projeto de longo prazo de construção do so-

cialismo. Outro artigo desmente a propaganda que mostra o Tibete como um paraíso destruído pela invasão chinesa: ao contrário do que diz a grande mídia, a ligação entre o Tibete e a China já tem sete séculos, e os que defendem a volta da situação anterior à vitória comunista são os que se beneficiavam do drástico monopólio da propriedade que lá existia, do profundo autoritarismo e da servidão e escravidão da imensa maioria da população.

Princípios traz também uma série de artigos cuja tônica é a denúncia dos rumos antinacionais, anti-populares e antidemocráticos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB, defende a ampla unidade das oposições e a construção de um movimen-



to em defesa do Brasil. Os economistas Lecio Morais e Paulo Nogueira Batista Jr. e o ex-deputado federal Aldo Arantes analisam as mudanças econômicas que o governo fez para enfrentar a crise do capitalismo. Medidas que favorecem largamente o grande capital, acentu-

am o peso da dívida externa e os males dela decorrentes, e – na prática – partilham o comando do país com o FMI e outras instituições estrangeiras.

Outros temas tratados nesta edição de *Princípios*: em comemoração aos 500 anos da fundação do Brasil, a revista prossegue com sua série de artigos onde é feito um balanço da historiografia brasileira; uma entrevista com a professora norte-americana Martha Huggins (do Union College, Schenectady, Nova York), autora do livro *Polícia e Política – relações Estados Unidos/América Latina*, onde faz um impressionante relato da promiscuidade entre as polícias dos países do EUA e dos países latino-americanos, particularmente o Brasil, neste século; finalmente, o físico José Leite Lopes faz um co-

mentário abrangente sobre alguns aspectos da história da ciência no Brasil.

A revista *Princípios* aborda problemas nacionais e estrangeiros, políticos, econômicos, sociais e culturais, sempre de um ponto de vista crítico, ao contrapelo do pensamento único dominante, com o objetivo de aprofundar a compreensão do mundo contemporâneo e suas contradições e suscitar a consciência e a vontade de modificá-lo. É uma publicação trimestral, voltada aos democratas, aos progressistas e aos socialistas de todos os quadrantes.

Pedidos e assinaturas podem ser feitos através da Editora Anita Garibaldi pelo telefone 289-1331 e pelo e-mail:

livraria@anitagaribaldi.com.br

ECONOMIA

Brasil pode perder capacidade de autogoverno

O economista e ex-ministro Celso Furtado fez exposição na *Folha de S. Paulo*, em 10 de maio, criticando a concepção geral e o caminho adotado pelo governo FHC, alertando para o risco da crescente perda de nossa capacidade de autogoverno. A seguir, trechos de sua intervenção:

“A política econômica seguida tradicionalmente no Brasil engendrou uma sociedade com graves distorções e sujeita a crises intermitentes de balança de pagamentos. Desde o começo deste século e fins do século passado, convivemos com esse problema. A tentativa de estabilização adotada pelo governo a partir de 1994 ignorou esplendidamente essa realidade.

O primeiro passo da política implantada nos últimos cinco anos consistiu em tirar proveito do aumento conjuntural de liquidez internacional. Deu-se, assim, mais elasticidade à oferta interna de bens de consumo, mas inverteu-se a posição da balança comercial – que, de positiva, passou a ser fortemente negativa. Isso favoreceu à massa de consumidores, o que produziu dividendos políticos consideráveis. Implementou-se uma política de facilidade: melhorar a demanda e as condições de demanda para reduzir a pressão inflacionária, sem ter em conta a tensão que isto criava dentro do sistema econômico.

Logo se manifestou um desequilíbrio na balança de pagamentos. Diferentemente do ocorrido no passado – quando se enfrentava esse tipo de desequilíbrio manipulando o câmbio –, desta vez se privilegiou a estabilização de preços, facilitando o endividamento externo de curto prazo e elevando de forma exorbitante as taxas de juros. Tal política de juros altos provocou a redução dos investimentos produtivos e uma hipertrofia dos investimentos improdutivos. O país começou a projetar a imagem de uma economia distorcida, que se endivida no exterior para financiar o crescimento do consumo e investimentos especulativos, alienando o patrimônio nacional mediante um programa de privatizações.

Tudo foi feito para estabilizar a economia. Entretanto, quem estabiliza uma economia precisa corrigir o desequilíbrio que, no nosso caso, não foi cuidado em si, mas apenas um sintoma dele: a alta dos preços. O desequilíbrio, mesmo, era entre a oferta e a demanda, e foi corrigido aumentando-se a oferta através de importações – com o custo do endividamento externo. Portanto a opção pelo endividamento externo foi feita para estabilizar os preços e não para corrigir o desequilíbrio.

A economia brasileira se autocondenara a ter de apelar para uma ruíosa moratória, cujo impacto internacional seria necessariamente considerável. Foi o temor a essa repercussão que abriu espaço para uma ação preventiva de apoio ao Brasil comandada pelas nações mais ricas e articulada pelo FMI. Todos os países importantes do mundo participaram para salvar o Brasil. Mas o que significou este processo? Uma dose de novo endividamento – o Brasil aceitava continuar a aprofundar o processo de endividamento. O dinheiro recolhido pelo FMI com 11 países foi emprestado ao Brasil com altas taxas de juros. Não se tratou de uma doação, foi emprestado a taxas de juros que eram o dobro das correntes na Europa. Os recursos postos à disposição do Brasil aprofundaram seu endividamento, particularmente se se tem em conta que as condicionalidades do FMI agravam seriamente a recessão. A estratégia desse órgão baseia-se em um planejamento da recessão, cujo objetivo parece ser forçar a adoção de um sistema

de *currency board*, ou seja de dolarização progressiva à semelhança do ocorrido na Argentina. Isto implica em que o Brasil, superendividado, deve compartilhar seu governo com o sistema financeiro internacional.

Diante desta perspectiva, teríamos de reconhecer que o recurso à moratória seria um mal menor em comparação à abdicção da responsabilidade de autogovernar-se. O Fundo só libera o dinheiro com certas condições, restringindo a liberdade de ação para governar o país – que vai renunciando à governabilidade. Esse *currency board* era o sistema colonial inglês, que ditava as regras da administração monetária nos países dependentes – que não tinham poder de emissão de papel-moeda nem de expansão de crédito, senão dentro de certas normas estabelecidas de fora. O sistema de dolarização implica nisso, como na Argentina, em que a economia fica restrita dentro de uma ‘camisa de força’ e o governo não tem liberdade para fazer muitas coisas. E a renúncia à governabilidade é algo que considero o mais grave.

Para enfrentar a atual situação é essencial que o entendimento com os credores seja adequadamente programado nos planos externo e interno. Os aliados potenciais internos são os grupos industriais, esmagados pelas taxas de juros exorbitantes, e a classe trabalhadora, vítima do desemprego generalizado. Caberia inspirar-se – como sugestão – no capítulo 11 do Código de Bancarrota dos Estados Unidos, conforme recomendou a UNCTAD (Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento) da ONU. Para situações semelhantes à do Brasil se recomenda a bancarrota, que, evidentemente é uma vergonha para o país, mas uma moratória negociada é perfeitamente admissível dentro do quadro da normalidade e permite evitar o pior.

Endividamento ao sabor das vagas do mercado internacional

Em síntese, voltar ao processo de endividamento externo ao sabor das vagas de liquidez do mercado financeiro internacional é aceitar o risco de uma moratória catastrófica, o que parece ser o objetivo dos que se empenham em liquidar o que resta do patrimônio público – leia-se Petrobrás – e ceder às instituições supranacionais o comando do sistema monetário brasileiro – leia-se dolarização. Se privatizarmos o atual sistema bancário controlado pelo governo federal – Banco do Brasil, Caixa Econômica etc – estaremos submetendo a interesses privados os instrumentos da política econômica, o que significa tornar sem função o Banco Central. De toda forma isso ocorrerá se mergulharmos num processo de dolarização e na conformidade dos compromissos assumidos com os credores externos sob orientação do FMI.

Ao contrário de aprofundar o atual caminho, precisamos reverter o processo de concentração patrimonial e de renda, que está na raiz das distorções sociais que caracterizam o Brasil – singular por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão-de-obra sub-ocupada, ao mesmo tempo que nosso país abriga dezenas de milhões de pessoas desnutridas e famintas. Este é um problema de natureza política e não propriamente econômica, como o bem demonstrou o economista hindu Amartya Sen – o mais recente prêmio Nobel de economia. A natureza do problema – se econômica ou política – exige estratégia diferenciada.

Temos também enorme atraso nos investimentos no fator humano. O índice de desenvolvimento do fator humano das Nações Unidas, que inclui referências sociais ao lado de necessidades econômicas, apresenta nosso país como um caso claro de atraso do desenvolvimento social relativamente ao nível de renda per capita. A miséria de grande parte do povo brasileiro é a contrapartida do hiperconsumo – o traço dominante de uma pequena minoria.

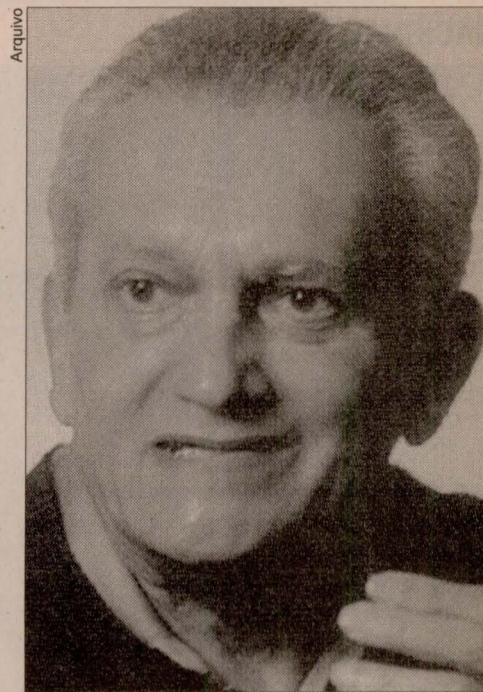
A forma de inserção no processo de globalização merece atenção. Esse processo traduz a prevalência das empresas transnacionais na alocação de recursos raros, decorrência da importância crescente do fator tecnológico na orientação dos investimentos. Constitui equívoco imaginar que o processo de globalização responde pela instabilidade dos mercados monetários e financeiros em escala internacional. Essa instabilidade é causada pela desregulamentação do sistema de controle desses fluxos, a partir do desmantelamento das instituições de Bretton Woods e da adoção do dólar como padrão monetário dominante.

Tendência notória à concentração de renda

O nosso país tem notória tendência à concentração da renda e da riqueza, particularmente no que concerne a investimentos no fator humano. Disso resulta uma sociedade que tolera extremas desigualdades sociais e cujos grupos de altas rendas apresentam forte inclinação ao consumismo. Neste quadro estrutural voltado para o consumo, a poupança é praticamente inexistente, o que explica a insuficiência de recursos destinados à inversão, e a propensão ao endividamento externo. Esse contraste entre o desejo de acesso à modernidade e a carência de poupança própria está na raiz da tendência ao desequilíbrio inflacionário. Não devemos ignorar, também, que nosso país está sob a forte influência cultural dos Estados Unidos, cujo dinamismo se baseia no hiperconsumo, que se traduz numa propensão crônica ao endividamento interno e externo. Ora, os Estados Unidos emitem uma moeda de circulação universal, o que lhes permite endividar-se em condições privilegiadas. Nosso caso é exatamente o inverso, pois nossa história está marcada por experiências de inadimplência.

Não devemos perder de vista a diferença entre globalização em nível dos sistemas produtivos e a globalização, virtual, dos fluxos financeiros e monetários. A primeira, dos sistemas produtivos, é processo antigo, decorrente da evolução tecnológica, enquanto a segunda, dos fluxos financeiros, ocorre principalmente em torno dos centros de poder que se estruturam no mundo desenvolvido, tendo como pólo os Estados Unidos, a Europa e o Japão. A pressão que se manifesta visa a simplificar os sistemas monetários a partir desses três pólos de dominação, o que é racional do ponto de vista das economias desenvolvidas, que fundam seu dinamismo essencialmente nas forças do mercado. No que concerne aos países subdesenvolvidos, nos quais o desenvolvimento depende do enfrentamento de problemas estruturais, o espaço para a ação política é bem maior e exige muito mais presença de governo. Portanto necessita-se de uma política monetária ativa, sem a qual estaríamos condenados à estagnação.

A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas, portanto essa luta implica na existência de uma vontade política orientada por um projeto. Se o Estado nacional é o instrumento



Furtado: “o país está seguindo um caminho equivocado”

privilegiado para enfrentar problemas estruturais cabe indagar como compatibilizar isso com o processo de globalização. Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ser objeto de rigorosos constrangimentos, o que exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais. Não se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos. Favorecer as tecnologias de ponta pode ser racional se o objetivo estratégico é abrir espaços no mercado externo, mas se o objetivo principal é alcançar o bem-estar social, não tem fundamento investir em técnicas intensivas de capital e poupadoras de mão-de-obra – como se vem fazendo atualmente no Brasil. Todo desenvolvimento industrial que se fez no Brasil nos últimos dez anos foi para economizar mão-de-obra, ou seja, criar desemprego. Hoje, uma cidade como São Paulo bate o recorde mundial com 20% de desempregados de sua população ativa e a atual política desclassificou o mercado interno.

Se fizermos um cálculo elementar em economia e usarmos duas variáveis fundamentais – o passivo total de um país, que é a dívida interna e externa dele; e o produto nacional líquido desse mesmo país, que é o chamado PIB, veremos uma coisa curiosa. Quando começou a atual política em 1994, essa relação (entre passivo total e PIB) era de 35%. Durante os cinco primeiros anos do Plano Real essa relação passou a ser de 65%, quer dizer, o endividamento externo e interno com relação à renda nacional passou a ser de 65% nestes cinco anos – praticamente dobrou. Se projetarmos, nesse ritmo, chegaremos, dentro de um decênio, a 150%. Quer dizer que tudo o que o país inteiro produz não é suficiente para pagar os compromissos internos e externos – internos, com os credores do governo, e externos, com a dívida externa. Se fizermos um cálculo aproximado, não com respeito ao PIB, mas com a riqueza nacional – que é o patrimônio total, ou seja, a renda total, bens e a riqueza reprodutível de um país – uma variável muito importante para medir o desenvolvimento, chegaremos a um resultado parecido. Passaria de 23% em 1994, para 44% em 1998; e depois para 100% em dez anos – tudo o que o Brasil produzir em um ano será apenas para saldar os compromissos internos e externos.

Isso não pode acontecer! Antes tem de haver uma mudança de rumo. Mas com que forças fazer uma mudança de rumo? E qual mudança? O país está seguindo um caminho equivocado, que tem de ser alterado pela vontade dos brasileiros; porque atualmente estão alardeando que já temos crédito de novo...”

MOVIMENTO

Conam quer enquadrar FHC em crime de responsabilidade

A Conam – Confederação Nacional das Associações de Moradores –, entidade representativa do movimento comunitário a nível nacional, realizou seu 7º Congresso de 3 a 6 de junho, em Goiânia. Os 920 delegados presentes ao congresso foram eleitos em plenárias municipais e estaduais, em 22 Estados e no Distrito Federal. Ao todo foram eleitos cerca de 1.600 delegados, tendo participado do processo 4.500 entidades.

Representantes da Central de Movimentos Populares (CMP), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de partidos de oposição participaram e discursaram no Congresso. Os debates se deram em torno da situação social e política do país e do descaso do governo com habitação, saúde e educação.

Foi eleita uma nova diretoria para Conam com diretores ligados a partidos como o PT, PSB, PDT, PCdoB, e independentes. Edmundo Fontes (PCdoB) foi reeleito presidente da entidade.

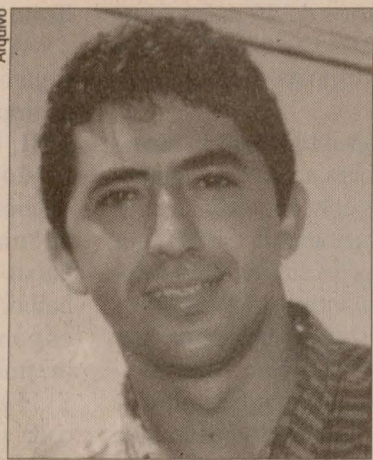
Ao final do Congresso, foi lançada uma nota de conclamação à nação, onde é afirmado:

CSC baiana quer novas eleições presidenciais

Mais de 200 sindicalistas realizaram nos dias 28 e 29 de maio, em Salvador, a VII Plenária Estadual da Corrente Sindical Classista da Bahia. Foram abordadas a conjuntura nacional e internacional, o cenário sindical, as mudanças na estrutura sindical e os projetos da Corrente no Estado. Foram convidados como expositores o vereador do PCdoB em Salvador, Javier Alfaya; Wagner Gomes, coordenador nacional da CSC, e Augusto Madeira, da comissão sindical do PCdoB. Estiveram na sessão de abertura o deputado federal Haroldo Lima e Daniel Almeida, presidente do Partido na Bahia.

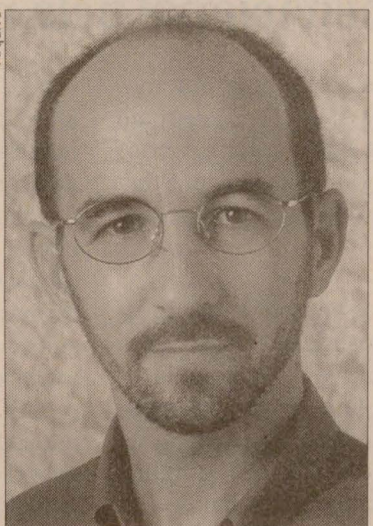
Entendem os sindicalistas classistas que FHC governa para os banqueiros e submete o país à pior crise econômica que se tem notícia, negocia a soberania nacional e se afunda nos escândalos de corrupção. Para pôr fim às graves consequências da crise para os trabalhadores e o povo, é urgente materializar a palavra de ordem "Fora FHC".

Por unanimidade os delegados condenaram as tramas direitistas de FHC que visa acabar com os sindicatos atuais, instituir o pluralismo sindical, retirar o direito de sindicalização para funcionários públicos e implantar o sindicato por empresas através da PEC 623 (Proposta de Emenda Constitucional). Ainda no terreno sindical foi reafirmada a posição de for-



Edmundo, reeleito presidente

"Entendendo que este governo está de costas para o povo, o 7º Congresso da Conam conclama as associações de moradores e o povo brasileiro a cerrar fileiras na luta do Fora FHC, Fora FMI e convocação de eleições para presidente, na luta contra o desemprego, por moradia digna, por saúde e educação de qualidade. Para tal, faz-se necessário que as associações organizem em cada bairro por esse país a fora os comitês de coleta de assinaturas, para exigir do Congresso Nacional o enquadramento do presidente da república em crime de responsabilidade."



Legenda

taleder a participação da CSC dentro da CUT, inclusive resolvendo de imediato o pagamento das mensalidades à Central.

Foi eleita nova coordenação da CSC-BA. A comissão executiva é composta por Álvaro Gomes (coordenador estadual), Raimundo Brito (coordenador de finanças) e Adilson Araújo (coordenador de organização). Fazem parte ainda da direção 7 coordenadores por ramo, 3 coordenadores setoriais e coordenadores regionais, indicados na plenária mas que serão empossados em reuniões nas suas respectivas regiões.

Durante a plenária os membros do PCdoB homenagearam Washington Souza, militante comunista e sindicalista, presidente da Fetacom, recentemente falecido. Foi apresentado um vídeo sobre sua vida à frente das lutas operárias.

Vitória expressiva dos metroviários em São Paulo

OSVALDO BERTOLINO*

O primeiro grande embate dos trabalhadores com a política de ataque cerrado aos direitos sociais, empregos e salários na cidade de São Paulo após a crise que colocou um ponto final na aventura do Plano Real, terminou com uma vitória significativa dos metroviários. Foram 4 meses de intensas mobilizações e negociações e muita expectativa na cidade sobre uma paralisação total dos transportes públicos. Combinando habilidade com desprendimento político, o Sindicato da categoria participou de um movimento conjunto com os cobradores e motoristas e funcionários da Sabesp e da Cetesb que agitou São Paulo.

As negociações emperraram logo de saída. Em pleno auge da mobilização, a Companhia do Metrô propôs a retirada de benefícios como cesta básica e a diminuição do tíquete refeição. Tal atitude colaborou para que a temperatura da campanha se elevasse. Passeatas, carreatas e atos públicos espocaram em vários pontos da cidade. Ao mesmo tempo, o Sindicato, apoiado pela bancada de esquerda da Assembleia Legislativa, buscou abrir caminhos para uma saída negociada. Aconteceram várias reuniões com secretários do governo e, prevendo um desfecho na Justiça do Trabalho, com juízes do TRT e do TST. O auge da mo-



Protesto dos Metroviários em frente ao Palácio de Governo

bilização da campanha conjunta foi uma manifestação em frente ao Palácio do Governador que reuniu cerca de 2 mil pessoas.

Ação ampla e classista

Os sindicatos também buscaram apoio na população. Várias edições de um jornal conjunto explicando a difícil situação dos trabalhadores e das categorias foram distribuídas. Houve anúncios nas rádios de maior audiência e, no caso dos metroviários, os funcionários da operação trabalharam sem uniforme e todos com um *bottom* divulgando a campanha. O argumento principal era a defesa dos direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos de qualidade. A resposta da população foi amplamente positiva. O Sindicato dos Metroviários assumiu a defesa da Justiça do Trabalho com determinação, diante do ataque da indecorosa CPI do Judiciário. Esse movimento tático mostrou-se decisivo para o julgamento no TRT, que concedeu 3,88% de re-

posição salarial e mais alguns itens sociais. Em plena recessão, a categoria manteve e ampliou suas conquistas.

Mais do que uma vitória trabalhista, esse resultado é uma resposta significativa às vacilações que vinham tomando conta do movimento sindical. Acordos derrotistas, alardeados como meio de sobrevivência dos empregos, pareciam a única saída. Sob ataque do governo e do patronato, os tribunais e a legislação trabalhistas estavam sendo sufocados. A vitória dos metroviários mostrou que eles, mesmo com todos os problemas, são de grande importância para os trabalhadores. Esse resultado é fruto de uma política justa, ampla, classista e combativa adotada pela direção do sindicato. E mostra que esse é o caminho para os trabalhadores enfrentarem a ofensiva neoliberal contra os direitos, conquistas, salários e emprego.

*Diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Militância com Classe e Princípios

O PCdoB está realizando conferências em todos os Estados. É hora de analisar como anda o trabalho com o jornal *A Classe Operária* e a revista *Princípios*.

As metas estabelecidas em reuniões do Comitê Central estabelecem que, até o final do ano, serão feitas 2.000 novas assinaturas de *Princípios* e a distribuição de 10 mil jornais *A Classe Operária* aos cadastrados, sob responsabilidade direta dos Comitês Estaduais.

Não são metas formais. O papel dos órgãos centrais do Partido é vital para a democratização das informações internas. São o insumo teórico-ideológico básico que permite a compreensão da linha política do Partido e sua orientação para aplicação à realidade concreta. São fundamentais para a elevação da compreensão e do nível do debate ideológico.

Grande parte dos dirigentes intermediários do Partido (estaduais, municipais, distritais) – de acordo com a pesquisa feita com os delegados do 9º Congresso – tem pouco tempo de militância e pouca experiência partidária. O jornal e a revista tornam-se imprescindíveis para garantir o mínimo de qualidade na intervenção polí-

tica, ideológica e organizativa do PCdoB.

Militância com Princípios

Do trabalho com a *Princípios* merece destaque o esforço do Ceará e de Goiás, que estão fazendo atividades sistemáticas de venda de assinaturas – que é a melhor maneira de agilizar a distribuição. Nos demais Estados, o número de assinaturas ainda é insuficiente para cumprir as metas.

Quanto às cotas avulsas, apenas 8 estados estão trabalhando regularmente com a atual edição, n.º 53: Alagoas, Amazonas, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás e Ceará. É importante que os Estados peguem cotas para seu trabalho direto com a revista – neste item merecem destaque o Rio Grande do Sul, que pegou 180 revistas, e o Rio Grande do Norte, com 120.

Alguns parlamentares estão incorporando *Princípios* ao trabalho político de seus gabinetes (com cotas de assinaturas ou avulsas), somando mais de 200 revistas. No gabinete da vereadora Ana Martins (Cabo de São Paulo), seus assessores expressaram que vários colaboradores e elei-

tores se surpreendem que o Partido da vereadora produza um órgão de tal qualidade.

É fundamental que os comitês estaduais façam: 1) um planejamento para venda de assinaturas, definindo metas para os dirigentes intermediários; 2) assumam uma cota do comitê para trabalho cotidiano; e 3) intercedam junto a seus parlamentares para que seus gabinetes comprem cotas regulares da revista.

Militância com Classe

A Classe Operária se encontra em fase de recuperação e retomada de sua periodicidade quinzenal e melhoria do programa de assinaturas e banco de dados.

A meta é atingir até o início do segundo semestre deste ano a tiragem de 15 mil exemplares, 10 mil através do sistema de distribuição aos cadastrados. A tiragem atual (edição 176) é de 10 mil exemplares. Amazonas, Bahia, Ceará, Alagoas, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo e Pará estão enviando 7 mil jornais aos cadastrados. AM, BA, CE, AL, RJ, GO, SP, PA, PE e RN pagam regularmente. A situação financeira do jornal está a reclamar contribuições dos demais estados para manter a estrutura.

INTERNACIONAL

Aldo Rebelo preside comissão do Parlatino

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) assumiu, no dia 13 de maio, a presidência da Comissão Permanente de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários do Parlamento Latino Americano-Parlatino Aldo assumiu durante a Conferência Interparlamentar de Saúde, de 12 a 15 de maio, em Havana, capital cubana.

A Conferência Interparlamentar de Saúde, promovida pelo Parlatino, teve a participação dos parlamentos regionais Andino, Indígena e Centroamericano, contando ainda com o apoio da Organização Panamericana de Saúde e do Ministério de Saúde Pública de Cuba.

Foram abordadas questões relacionadas à área de saúde na América Latina, tais como: combate à AIDS, assistência à população de terceira idade; combate ao tabagismo; violência contra mulheres e crianças, e o aumento crescente da maternidade infantil e adolescente, agravados principalmente pela desigualdade social. A Conferência recomenda aos governos e parlamentos nacionais e regionais adotar políticas e estratégias, executar programas e projetos de atenção aos grupos populacionais em condições de saúde vulneráveis, destacando a responsabilidade dos órgãos executivos e legislativos em garantir que a seguridade social seja universal e integral, cobrindo os riscos e contingências da população. Indica também o reconhecimento que a maternidade adolescente é um problema mundial, e que na América Latina mais de 30% dos partos são de mães adolescentes; outra recomendação importante é para que os governos implementem ações no sentido de diminuição da pobreza.

Paralelamente à realização da Conferência, a Comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários do Parlatino se reuniu e elegeu o deputado federal Aldo Rebelo seu presidente. Nesta mesma reunião, a comissão deliberou pela criação de duas subcomissões: uma para elaboração do código trabalhista para a América Latina e outra para abordar o problema da maternidade adolescente. As atribuições gerais da Comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários, segundo o Regulamento do Parlatino, envolvem "as matérias relacionadas com as políticas de trabalho, emprego e salários, de acordo com os setores trabalhistas e patronais, e com relação à previdência social. Inclui o que for referente aos sindicatos e outras agrupações

e organizações trabalhistas; o papel do Estado e dos atores sociais do setor privado na previdência social; cobertura quantitativa e qualitativa como o seguro dos trabalhadores do campo. Também tem competência no que se refere à terceira idade, riscos no trabalho e incapacidade".

O deputado comunista, que substituiu o ex-deputado Almino Afonso na presidência desta comissão, é membro do Parlatino desde 1993, e tem pautado sua atuação principalmente em defesa da consolidação do Mercosul, contra a tentativa dos EUA de implantação da Alca, e contra o embargo econômico imposto à Cuba.

O que é o Parlatino

O Parlamento Latino Americano-Parlatino, foi fundado em 10 de dezembro de 1964 em Lima no Peru, e foi ratificado através de tratado em 16 de dezembro de 1987, conta com 22 países membros desde o México na América do Norte, passando por países do Caribe e América Central até o extremo sul do continente americano. Possui uma sede permanente em São Paulo, inaugurada em 1993, e de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

Os princípios permanentes e inalteráveis do Parlatino são: a defesa da democracia; integração latino americana; não intervenção; autodeterminação dos povos para optar, no seu regime interno, pelo sistema político, econômico e social que livremente decidam; pluralidade política e ideológica como base de uma comunidade latino americana democraticamente organizada; igualdade jurídica dos Estados; reprovação à ameaça e ao uso da força contra a independência política e a integridade territorial dos Estados; solução pacífica, justa e negociada das controvérsias internacionais; preponderância dos princípios do Direito Internacional referentes às relações de amizade e à cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta da Organização das Nações Unidas. Seus parlamentares membros são indicados pelos parlamentos nacionais ou eleitos por eleição direta específica.

Comunistas querem ação internacional conjunta contra o capitalismo

Durante os dias 21, 22 e 23 de maio reuniu-se em Atenas, Grécia, 55 partidos comunistas e operários de 46 países num encontro sobre "A crise do capitalismo, a mundialização e a resposta do movimento operário".

Os participantes sublinharam as ameaças que representa para a paz e a segurança no mundo o novo conceito estratégico e o novo dogma operacional da OTAN, que subvertem as normas do direito internacional, intensificam a militarização das relações internacionais e utilizam os problemas das minorias como pretextos para suas intervenções. Ressaltou-se a responsabilidade dos governos europeus, em particular aqueles apoiados pelos sociais-democratas, que respaldaram os planos de agressão da OTAN à Iugoslávia.

O seminário reafirmou que as crises do sistema capitalista, nas condições de dominação do capital financeiro e das gigantes cas uniões monopolistas, se tornam ainda mais profundas e mais freqüentes. A acumulação dos impasses e das contradições da sociedade capitalista, o gigantismo da força política e estratégica do grande capital financeiro e das multinacionais, o ataque contra os direitos sociais e democráti-

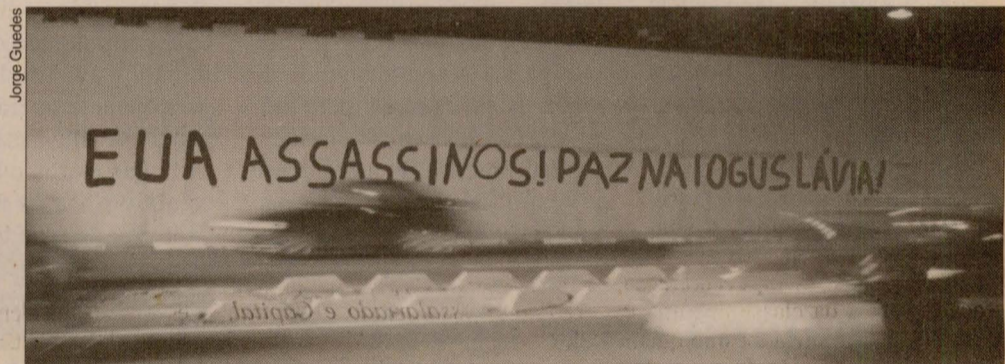
cos dos trabalhadores, atestam a atualidade da análise marxista sobre o capitalismo e a necessidade de superá-lo.

A existência e o funcionamento de organizações dominadas pelas potências imperialistas, como o G-8, a OMC, o FMI, o Banco Mundial, a OTAN e a União Européia, as teorias e as políticas reacionárias que são aplicadas em nome da "mundialização" e a compressão para baixo da remuneração da força de trabalho, tornam os ricos ainda mais ricos e os pobres mais pobres, intensificando ao mesmo tempo as catástrofes ecológicas.

Fez-se menção ao distanciamento cada vez maior entre as possibilidades que as novas tecnologia oferecem e o modo como os capitalistas as utilizam contra o direito ao trabalho e as necessidades dos povos.

A gravidade da situação, a nova situação da classe operária, assim como a necessidade de um tratamento coletivo pelos comunistas das experiências do socialismo, tornam imperativo a multiplicação das iniciativas de informação mútua e de difusão a mais ampla possível das teses dos partidos comunistas.

Trechos do comunicado do PC da Grécia



Protesto contra a guerra, em São Paulo

Apelo internacional pela paz na Iugoslávia

Os participantes da Reunião Internacional, realizada nos dias 21 a 23 de maio de 1999, em Atenas, sob o tema: "A crise do capitalismo, a 'globalização' e a resposta do movimento operário", aprovamos o seguinte apelo:

- Condenamos os bombardeios criminosos da OTAN e dos EUA contra o povo da República Federativa da Iugoslávia.

- Salientamos o fato de que, por meio dessa intervenção injusta e agressiva, os princípios da Carta da ONU e a Lei Internacional foram brutalmente violadas.

- Enfatizamos que essa intervenção não levou em conta a defesa de quaisquer direitos humanos, sob nenhuma perspectiva. Muitos civis inocentes, tanto sérvios como de etnia albanesa, já foram mortos.

- Consideramos que a guerra empreendida pela OTAN contra um país e seu povo — um povo que optou por escolher a independência nacional, seus direitos soberanos e a integridade territorial a qualquer custo — é a forma mais cruel de expressar as novas orientações dessa organização agressiva. Pela sua doutrina, ratificada oficialmente durante sua assembléia executiva de abril de 1999, em Washington, a OTAN surge com a possibilidade de intervir arbitrariamente onde quer que ela considere interessante fixar posições.

- Expressamos nossa mais profunda preocupação com o extenso impacto ecológico do armamento da OTAN não só sobre o território iugoslavo mas também sobre toda a área balcânica.


- Exigimos a interrupção imediata desses bombardeios criminosos e a prevenção, por todos os meios possíveis, de uma escalada da guerra através do uso de tropas terrestres.

- Clamamos por uma solução no contexto da ONU para garantir o respeito à integridade territorial da República Federativa da Iugoslávia e a inviolabilidade de suas fronteiras, assim como a autonomia para a região kossovar e plenos direitos às minorias que lá povoam, de forma a possibilitar o retorno dos refugiados à sua pátria, além da reposição das imensas perdas materiais.


- Convocamos todos os povos para intensificar suas mobilizações contra a guerra na Iugoslávia e a paz em todo o território balcânica, pela maior solidariedade e pela coexistência pacífica entre todos os povos.

PC Sul-africano, PC Alemão, Partido Argelino pela Democracia e o Socialismo, PC da Austrália, PC de Belarrus, Partido do Trabalho da Bélgica, Plataforma Marxista do Partido Socialista Búlgaro, PC Búlgaro (Georgi Dimitrov), PC da Bulgária, PC do Canadá, AKEL do Chipre, PC Colombiano, Partido do Trabalho da Coreia, PC de Cuba, PC da Dinamarca, PC Egípcio, PC da Eslováquia, PC da Espanha, Esquerda Unida da Espanha, PC dos EUA, PC da Finlândia, PC Unificado da Geórgia, PC da Grécia, Novo PC da Holanda, Partido dos Operários Húngaros, PC da Inglaterra, Partido Tudeh do Irã, Partido do Trabalho da Irlanda, Partido da Refundação Comunista da Itália, Comunistas Italianos, Novo PC da Iugoslávia, PC Jordânico, Partido Socialista da Letônia, PC Libanês, União dos Comunistas da Macedônia, PC da Noruega, PC Palestino, PC Português, Partido da Boêmia e da Morávia, PC Romeno, PC dos Operários Russos, União dos Partidos Comunistas Russos, P C da Federação Russa, PC Sírio (presentes os dois partidos), PC da Ucrânia, União dos Comunistas da Ucrânia, PC do Vietnã.

O Partido Comunista do Brasil se associa a decisão da reunião e incorpora seu nome entre os assinantes.



A Classe Operária



PROLETARIOS DE TODOS OS PAÍSES UNAMOS

Rua Adoniram Barbosa, 53
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3104-4140
e-mail: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

<input type="checkbox"/> cheque nominal	<input type="checkbox"/> Vale postal nº
<input type="checkbox"/> dinheiro	<input type="checkbox"/> Depósito na conta
<input type="checkbox"/> Cartão nº	Ag.0251 - C/C 48676-7
Validade	Banco Itaú

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

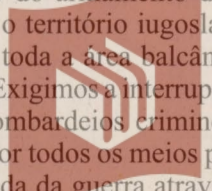
Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____ UF: _____ Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Tel.: (____) _____ Profissão: _____


CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

FORMAÇÃO

FICHA DE LEITURA

Salário, preço e lucro – Marx

DILERMANO TONI

Texto & Contexto
A circunstância, objetivos e alcance

Em 1998 completaram-se 100 anos da primeira publicação do trabalho de Karl Marx *Salário, Preço e Lucro* (*Obras Escolhidas de Marx e Engels, Ed. Alfa-Omega, volume I, pág. 333 a 378*), elaborado para uma palestra que proferiu em duas sessões no mês de junho de 1865 perante o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional. Nessa ocasião, o pensamento de Marx sobre economia política já estava bastante amadurecido. Há 20 anos ele se dedicava ao assunto, tendo escrito várias obras em que, à base da crítica da economia política clássica, foi desenvolvendo seus pontos de vista sobre as leis econômicas fundamentais do capitalismo, concebendo a **doutrina econômica de Marx**, cujo corpo definitivo convergiu para *O Capital*, sua obra principal da qual o primeiro livro viria a lume logo depois, em 1867.

A palestra de Marx surgiu da necessidade de orientar a atividade prática da Primeira Internacional, fundada havia menos de um ano e no seio da qual diferenciavam-se pelo menos quatro correntes. Uma delas, a maior numericamente, era representada pelos operários ingleses ligados às "Trade Unions" que subestimavam a importância da ação política da classe operária e entre os quais havia mesmo quem defendesse a opinião de que a **elevação dos salários teria como consequência o aumento do custo de vida** e, portanto, não melhoraria a situação dos trabalhadores.

No *Salário, Preço e Lucro* Marx pretendeu refutar esses pontos de vista e elevar o nível de consciência teórica dos dirigentes

ingleses. Para tanto estabeleceu quatro objetivos para sua palestra: 1 - rebater a opinião de que "os preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários"; 2 - demonstrar que a variação geral dos salários para cima ou para baixo leva à variação da taxa geral de lucro em sentido inverso e, portanto, para aumentarem seus lucros os patrões **tendem** a reduzir os salários dos trabalhadores; 3 - demonstrar que as tentativas periódicas dos trabalhadores para conseguir um aumento de salários são ditadas pelo próprio fato de o trabalho se achar equiparado às mercadorias, por conseguinte submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços; e, por isso, 4 - que havia **possibilidades** de vitórias na luta pela elevação dos salários, vitórias sempre **limitadas** pela ação do capital, donde se impunha a necessidade de os trabalhadores lutarem, ao mesmo tempo, politicamente, contra o próprio sistema, a fim de aboli-lo.

O Texto

Marx dividiu sua exposição em 14 partes e, de forma bastante didática, expôs os conceitos e as relações em sua dinâmica, entre **salários dos trabalhadores, preços das mercadorias e lucros dos capitalistas**, partindo das leis essenciais - e não das aparências - que regulam o funcionamento do capitalismo. No *Salário, Preço e Lucro* Marx desenvolveu a sua própria **teoria dos salários**, em relação ao que havia escrito, por exemplo, em *Trabalho Assalariado e Capital*, de 1847.

Os argumentos de Marx**I - Valor, trabalho e preço**

Inicialmente Marx procurou situar corretamente a relação entre concorrência capitalista e lucro, de um lado, e entre oferta e procura das mercadorias e seus preços, de outro.

Na procura incessante de me-

lhor remuneração o capital se desloca para aqueles ramos onde os lucros são maiores, o que acaba por aumentar a oferta e, portanto, a taxa de lucro tende a se reduzir, pelo efeito da concorrência, a um nível médio. Mas a **concorrência entre os capitalistas** não pode jamais determinar a taxa geral de lucro (parte V).

Por sua vez, a **lei da oferta e da procura** regula simplesmente as oscilações temporárias dos preços no mercado, explica "porque o preço de um artigo no mercado se eleva acima ou desce abaixo do seu valor, mas não explica jamais esse valor em si mesmo." (parte IV).

Marx afirmava que o **lucro se obtém vendendo a mercadoria pelo seu valor**. A origem do lucro e a explicação do mecanismo da formação dos preços das mercadorias se encontra na esfera da produção e não da circulação das mercadorias (parte X). E, para que seus ouvintes entendessem sua afirmação, Marx se debruçou sobre a teoria do **valor-trabalho** começando por conceituar o **valor** de uma mercadoria e como se determina esse valor (partes VI e IX), analisou a singularidade da mercadoria **força de trabalho** (parte VII) e expôs de forma simples e acessível a **teoria da mais-valia** (parte VIII).

Marx parte da constatação de que o valor de troca (o valor relativo) de uma mercadoria são as quantidades proporcionais em que ela é trocada pelas outras mercadorias. Mas como se regulam as proporções dessa troca? Para responder esse problema identificou no **trabalho social** a substância comum a todas as mercadorias, já que para produzir uma mercadoria tem-se que incorporar a ela uma determinada quantidade de trabalho. Nesse aspecto, o que distingue uma mercadoria de outra não é senão a **quantidade de trabalho**, maior ou menor, nelas cristalizado; quantidade de trabalho que se mede pelo **tempo que dura o**

trabalho. "Portanto - dizia Marx - os valores relativos das mercadorias se determinam pelas **correspondentes quantidades ou somas de trabalho investidas, realizadas, plasmadas nelas**".

Com isso ficava já "morta" uma das questões da polêmica: não era a retribuição do trabalho, o salário, que determinava o valor das mercadorias e sim a quantidade de trabalho necessário à sua produção. Retribuição do trabalho e quantidade de trabalho são coisas distintas.

Marx chamava a atenção para o fato da quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria variar constantemente ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado, porque quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais produtos se elaboram num tempo de trabalho dado, e quanto menores são, menos se produzem na mesma unidade de tempo. Daí que quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho se inverte numa dada quantidade de produtos e, portanto, menor é o valor destes produtos. Marx estabeleceu então da se-

guinte forma a lei geral do valor-trabalho: "**Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho invertido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado.**"

O **preço** de uma mercadoria não é outra coisa senão a **expressão em dinheiro** do valor dessa mercadoria, mas, valor e preço nem sempre são iguais pois há toda uma via complicada a ser percorrida entre o valor social de uma mercadoria e o seu preço individual em um momento exato no mercado. Há que se considerar as variações de preço de acordo com as flutuações da oferta e da procura, mas essas variações se dão em torno de um preço central ou preço natural - que é o valor real - porque a longo prazo oferta e procura tendem a se equilibrar.

Marx dizia então que considerando-se um período de tempo bastante longo as mercadorias se vendem pelos seus respectivos valores e então seria um absurdo supor que o lucro constante brota do fato de que uma mercadoria seja vendida por um preço que exceda o seu valor.

[Continua no próximo número]

Trabalho assalariado e capital

Sob este título, Marx pronunciou uma série de conferências, no período de 14 a 30 de dezembro de 1847, publicadas pela primeira vez na *Nova Gazeta Renana*, em abril de 1849. Já depois de sua morte, em 1891, Engels publicou-as sob a forma de folheto - destinado à propaganda entre operários - acrescentando-lhe uma Introdução e algumas notas, para esclarecer aspectos que Marx teria aprofundado ou até mesmo corrigido em obras posteriores. A principal alteração diz respeito à mercadoria que o operário vende ao capitalista, em troca do salário: a **força de trabalho** (e não o trabalho, como aparece no texto original). Engels adverte que: "Por volta de 1850, Marx ainda não tinha concluído sua crítica à economia política" e ainda não questionava a noção de que os fabricantes compram de seus operários a mercadoria trabalho, cujo preço - calculado pelos mesmos critérios dos de qualquer outra mercadoria - é pago sob a forma de salário. É a partir de 1859 que Marx vai dar mais consistência à sua crítica,

culminando com a grande obra *O Capital*, em que sistematiza o conceito de mais-valia, a partir do valor da mercadoria força de trabalho.

Embora o livro *Trabalho Assalariado e Capital* (*Obras Escolhidas de Marx & Engels, Ed. Alfa Omega, vol. 1, pp. 52-82*) conste da lista publicada no Nº 160 d'A Classe, não apresentaremos sua ficha de leitura, pois os aspectos que exigiram correção e/ou acréscimo são contemplados por Marx em *Salário, Preço e Lucro*, fichado a partir desta edição. No entanto, consideramos importante sua leitura: a) porque o texto revela a profundidade dos conhecimentos econômicos de Marx já desde os primeiros escritos e, comparado aos posteriores, permite que se perceba a evolução da sua produção teórica; b) porque é um exemplo de como Marx conseguia explicar complexos problemas econômicos, tornando-os acessíveis a massas de operários.

A Comissão Nacional de Formação

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO

17

Da crise ao colapso

BERNARDO JOFFILY

A guinada à direita na direção da URSS abriu uma etapa de paulatina degradação da experiência socialista: queda permanente dos índices econômicos; queda dos índices de bem-estar social, criando um clima de surda insatisfação; desigualdades crescentes entre as massas do povo e a elite dos *aparatchik* (homens do aparato), que foi virando uma casta privilegiada; desprestígio internacional (sobretudo após a invasão da Tchecoslováquia, em 1968); e derrota militar (a desastrosa ocupação do Afeganistão, que se converte no "Vietnã da URSS").

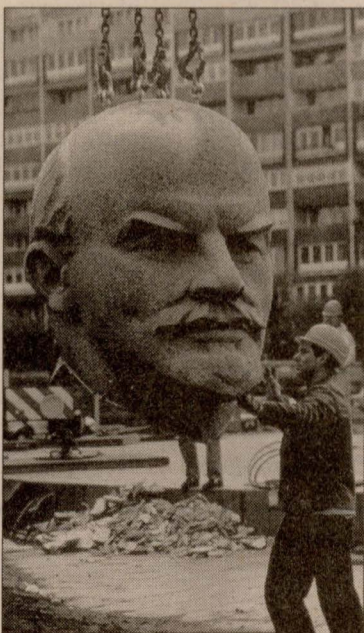
Esse socialismo degenerado ainda assim jogava um papel mundial positivo, ao se contrapor à superpotência norte-americana. E internamente mantinha não poucas conquistas da fase de construção, embora degradando-as. O combate dos marxistas-leninistas ao revisionismo, embora essencialmente justo, pecava por simplificação ao caracterizar a URSS dos anos 60 em diante como uma superpotência capitalista, *social-*

imperialista, e ponto final.

Mikhail Gorbachev, o
coveiro do socialismo

Em 1985, após uma rápida sucessão de herdeiros de Brejnev, subiu à direção soviética Mikhail Gorbachev, saudado pela mídia ocidental como um grande estadista. Em 1987 Gorbachev lançou o livro *Perestroika* (reestruturação), retomando a linha kruschovista, de um direitismo mais assumido, sempre maquiado de "socialismo avançado". A gestão de Gorbachev foi um completo desastre. Por um lado, a crise objetiva da experiência soviética entrou na sua fase aguda: o que ocorria em câmara lenta ganhou um ritmo vertiginoso. Por outro, a linha da *Perestroika*, em vez de combater, impulsionou o colapso.

Na virada dos anos 90 eclodiu a crise terminal. A justa revolta das massas, em especial da juventude, explodiu em protestos abertos, habilmente manipulados pelas forças internas e externas pró-capitalistas. Os fatos-símbolo dessa fase são a derrubada do Muro de Berlim, em novembro



Remoção de busto de Lenin

de 1989, e a destruição das estátuas de Lenin. Da Europa Oriental o colapso passou à URSS, com a secessão das repúblicas soviéticas, a começar pelas bálticas. Gorbachev perdeu o controle da derrocada que ajudara a detonar. Apesar do aplauso dos EUA de Ronald Reagan e da Inglaterra de Margaret Thatcher, dentro da

URSS era impopularíssimo, pois as condições de vida despenavam sempre mais. Terminou superado por Boris Ieltsin, um anticomunista sem máscara, que em junho de 1990 elegeu-se presidente da Rússia.

Em agosto de 1991 um grupo de dirigentes tenta reverter a derrocada e destitui Gorbachev. Porém, tal como em 1957 (ver o artigo 17), a tentativa é burocrática, cupulista, um golpe de estado sem respaldo de massas. Ieltsin aproveita a oportunidade para defenestrar Gorbachev, dissolver formalmente a URSS e enveredar pela plena restauração capitalista, conforme o modelo neoliberal.

Terror e miséria na
Rússia pós-soviética

A Rússia pós-soviética já conta quase uma década, sempre sob a batuta de Ieltsin, com apoio decisivo dos EUA. No balanço dessa fase, três fatos se destacam:

A restauração do capitalismo vem se mostrando muito mais difícil e traumática do que

imaginavam Ieltsin & Cia - o que comprova o quanto foi profunda a experiência socialista na URSS, distintamente do que ocorreu na Europa Oriental. Em particular, ele se depara com a inexistência uma classe burguesa formada. A "nova acumulação primitiva" que procura formá-la baseia-se no banditismo organizado de tipo mafioso.

A piora das condições de vida do povo atingiu níveis raramente vistos na história mundial em tempos de paz. O dado mais eloquente é a expectativa média de vida, que entre 1989 e 1994 **caiu** 2,8 anos, na população feminina, e 6,5 anos na masculina!

O povo trabalhador, antes tarde do que nunca, desperta do torpor e das ilusões, retoma suas tradições combativas e sai às ruas. Significativamente, a fortíssima oposição tem à frente o Partido Comunista da Federação Russa - que, embora sem levar até o fim o exame autocrítico da experiência soviética, tem uma plataforma de firme oposição ao ieltsinismo. A história também ali está longe de acabar.

"Não existe uma posição neutra em relação à vida"

O dramaturgo, roteirista e escritor **Alfredo de Freitas Dias Gomes** faleceu em 18 de maio de 1999. Escreveu as peças como *O Santo Inquérito*, *Branca Dias* e *O Pagador de Promessas*, adaptada por ele para o cinema. A televisão o notabilizou como autor das novelas *O Bem Amado* (73); *Roque Santeiro* (85); *Verão Vermelho* (70), *Assim na Terra como no Céu* (71), *Bandeira 2* (72), *O Espião* (74), *Saramandaia* (76) e as minisséries *Decadência* (94), *O Fim do Mundo* (96) e adaptou *Dona Flor e seus Dois Maridos* (98), romance de Jorge Amado. Em 1998, lançou o livro de memórias *Apenas um subversivo*. Esta entrevista, publicada na íntegra na revista *Princípios*, foi realizada pelo jornalista e professor de Comunicação da Universidade Estadual da Bahia, Suênio Campos de Lucena, em 2 de fevereiro de 1999.

Ao contrário da literatura contemporânea, o senhor constrói sua obra a partir de personagens-chave, emblemáticos, marcantes – Odorico Paraguaçu, Branca Dias, Zé do Burro, Roque Santeiro... É intencional?

Dias Gomes – Não. É uma característica de autor. São os personagens que surgem na minha mente... Não há um propósito de criar esses personagens emblemáticos. Eles se criam por si. Entra emoção, memória, sua visão de mundo. Através do personagem você quer dizer alguma coisa, mas você não cria um personagem para isso.

Alguma vez foi tachado de folclórico à Jorge Amado?

Dias Gomes – Essa crítica nunca me atingiu. Acho que uma dramaturgia brasileira só pode nascer da própria realidade do país, então buscando essas tradições você encontra temas, inspiração e elementos para construir uma dramaturgia autêntica. Sempre me voltei para isso. Daí você ver uma presença de Brasil muito grande e pode, às vezes, encontrar uma sustentação folclórica, mas que não me interessa em si folclorizar as coisas, ao contrário, fujo disto. Quando toco nisso é de uma maneira sempre a fundamentar as coisas, nunca a extrair daí algo mais transcendente.

Já falou que seu teatro é genuinamente popular e farsesco?

Dias Gomes – Farsesco, não; político-popular, sim. Popular na forma porque todo teatro, para mim, é popular. Não existe teatro apolítico. Mesmo quando ele pretende não ser, ele o é. Quando você se omite, toma posição contra ou a favor de alguma coisa. Não existe uma posição neutra em relação à

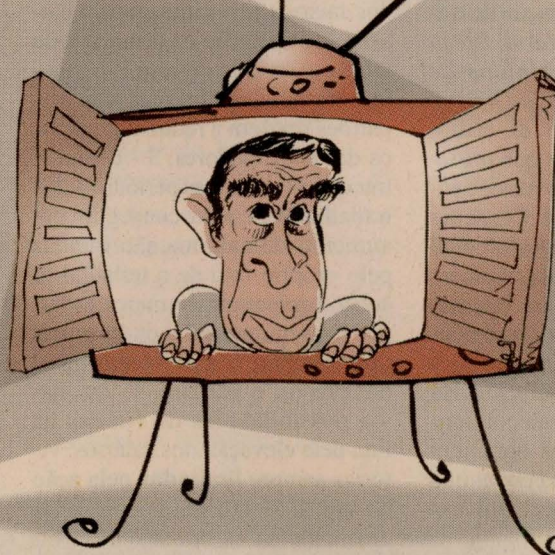
vida. Ou se está de um lado ou do outro, então meu teatro é de posição, não há dúvida nenhuma. Mas, como já disse, todo teatro é político. Mesmo se você faz um teatro escapista está favorecendo alguma corrente. Se não escreve a favor dos opressores, mesmo que não esteja escrevendo a favor dos oprimidos, estará favorecendo os opressores. Se me deparo na rua com uma briga entre um gigante e um anão e não tomo parte estarei a favor do gigante.

Acha que já acabou o tempo de classificar teatro de esquerda ou não?

Dias Gomes – Sim. Isso é uma bobagem, embora não tenha acabado a esquerda e a direita porque no dia em que acabarem teremos a justiça social. É bobagem dizer que não existe mais esquerda; o que não existe é um posicionamento nítido, a bipolaridade do mundo. Dizer que não existe é uma bobagem como dizer que o socialismo está morto. O sonho de uma sociedade igualitária, mais justa vai continuar, a despeito do fracasso de uma tentativa que justamente fracassou por ter em si a traição a esses ideais. É um sonho de liberdade do homem, que foi traído porque na base da experiência socialista estava a supressão dessa mesma liberdade, uma contradição em si. Não foi o capitalismo que derrotou o socialismo. Ele se derrotou por si porque se corrompeu, se corroe através de uma noção falsa do que era o socialismo.

Começou na televisão em 1969 numa novela com o sugestivo nome de Ponte dos Suspiros?

Dias Gomes – Minha primeira passagem pela TV pouca gente conhece porque trabalhei com o nome de outras pessoas, desde 1953. Era diretor da Rádio Clube do Brasil, que era do Samuel Wainer, diretor da *Última Hora*. Naquele momento, o Carlos Lacerda fazia uma tremenda campanha contra o Samuel e o Getúlio Vargas. Foi aí que recebi um convite para ir a Moscou. Ninguém podia sair dizendo que ia para Moscou, era proibido. Passei antes na Inglaterra e quando estou em Moscou o Lacerda, não sei como, descobriu uma foto minha depositando flores no túmulo de Lênin e publicou na primeira página da *Tribuna da Imprensa* a seguinte manchete "Diretor da Rádio Clube leva Flores para Stálin com o Dinheiro do Banco do Brasil" [risos]. Veja que situação: nem era para Stálin nem o dinheiro era do Banco do Brasil. Tomei emprestado de um agiota e levei um ano pagando. Quando voltei, fui sumariamente demitido. Sofri uma espécie de marcatismo no Brasil – entrei para uma lista negra, ninguém



me dava emprego. Ir a Moscou naquele tempo era mais fantástico do que ir à Lua. Fiquei marcado, não conseguia emprego em rádio ou jornal. Nesse momento estava começando a TV Tupi e não tinha autores contratados, fornecia-se cachê. Comecei então a escrever os programas. Havia peças de uma hora, shows, policiais e comecei a escrever pedindo para as pessoas negociarem com a Tupi, veja só. Depois elas me davam o cachê. Isso parece um filme de Woody Allen em que ele é testa-de-ferro de três autores que estão na lista negra. Comigo era o contrário. Tinha três autores que eram os testas-de-ferro dos meus programas. Os três autores eram minha esposa Janete, Moisés Veltman e Paulo de Oliveira. Todo mundo pensa que entrei para a TV em 1969. Nesse ano, devido à ditadura, principalmente após o AI-5 de 68, quase todas as minhas peças foram proibidas. Proibiram *O Berço do Herói*, *A Revolução dos Beatos*, *Amor em Campo Minado*. *O Pagador de Promessas* passou cinco anos sem ser exibido. Vi então que tinha de arranjar outro meio de vida. Foi aí que a Globo me chamou para fazer novela.

Mas não há um abismo entre escrever para teatro e televisão?

Dias Gomes – São duas coisas completamente diferentes. Digo apenas que havia aquela platéia oferecida pela TV, que era o que ambicionávamos pro teatro. Quanto à *Ponte dos Suspiros*, a produção já estava encaminhada e o elenco contratado. Era um folhetim italiano do século XIX. Sugeriram-me colocar um pseudônimo – não fui eu que, por preconceito, o fiz. O Boni me disse que não tinha nada a ver com o meu teatro e me sugeriu usar um pseudônimo. Meu primeiro contrato com a Globo dizia que quando eu assinasse teria um aumento. Assinei então como Stela Calderón, nome sugerido pelo Walter Clark. Anos

depois soube que ela existia, era uma escritora argentina [risos].

Chegou a colaborar com os textos de Janete Clair?

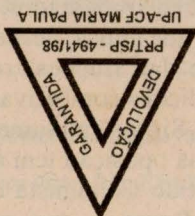
Dias Gomes – Fomos casados durante 33 anos. É evidente que trocávamos muitas idéias, apesar dos nossos estilos serem completamente diferentes. Opinamos sobre nossos trabalhos durante toda a vida juntos.

A minissérie Decadência foi responsável por um polêmico embate travado entre a TV Record e a Globo?

Dias Gomes – Segundo o bispo Edir Macedo sim [risos]. A Igreja Universal tentou me processar, mas não conseguiu. Na época, recebi uma carta precatória que, segundo o arrazoado da igreja, dizia que a minissérie foi responsável por enormes danos causados a ele e procura demonstrar que procurei retratar na figura do D. Mariel o bispo Edir Macedo. Nenhum personagem de ficção é alguém. É sempre o pedacinho de muita gente. São memórias vivenciadas, leituras, um pouco de pesquisa, adicionando a isso um pouco de si. De toda essa colcha de retalhos nasce a personagem.

Gilberto Braga afirma que a vida do roteirista é isolada, cansativa.

Dias Gomes – Já foi pior. Nos tempos heróicos da TV, quando entrei, era terrível. A Globo só tinha dois autores contratados – eu e a Janete. Terminava uma novela na sexta, começava outra na segunda. Não tinha autores para nos substituir. Durante muito tempo os autores escreveram sozinhos, sem colaboradores, o que é terrível. Você tinha de fazer tudo. Ficava enjaulado, enclausurado em casa, escrevendo durante nove meses, sem poder ir ao teatro, ao cinema e detestando a visita dos amigos mais queridos. Estava sempre olhando pro relógio – o melhor caminho para o infarto.



IMPRESSO



CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel: (011) 3104 4140
Centro de Documentação e Memória
Associação Mau Mau



A CLASSE OPERÁRIA